



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 15/13-17 **SESSÃO ORDINÁRIA** **2016/02/19**

Aos dezanove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, no Edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H25M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, PSD e independentes, num total de 35 elementos.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Flamiano Gonçalves Martins, Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, substituído por Manuel de Sousa Marques.
- Paulo Nuno Loureiro Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Dem, substituído por Manuel Alves Roteira.
- Carlos Alberto da Cunha Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, substituído pelo tesoureiro João Henrique Mourão Arieira.
- Manuel Carlos Falcão Gonçalves, eleito pelo Partido Socialista, substituído por Pedro Ramalhosa.
- Maria Fernanda Esteves Pereira Fernandes, eleita pelo Partido Socialista, substituída por Ana Isabel Cordeiro.
- Lilita Maria Esteves Gonçalves, eleita pelo Partido Social Democrata, substituída por Clemente Pires.
- Jorge Paulo Alves, eleito pela Coligação Democrática Unitária, substituído por Joaquim Celestino Ribeiro.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão de 11 de dezembro 2015;
- c) – Protocolo entre a Câmara Municipal de Caminha e a EDP Gás Distribuição
- d) – Protocolo de Apoio às Freguesias;
- e) – Contrato Comodato Celebrado entre o Município de Caminha e o Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora;
- f) – Aprovação das Peças Processuais e Abertura do Procedimento do Concurso Público Internacional de Locação Financeira para Aquisição de dois Mini-Autocarros e um Autocarro de Passageiros;
- g) – Alteração ao Regulamento das Feiras do Município de Caminha – Incentivos à Dinamização;
- h) – Nomeação do Conselho Municipal de Educação;
- i) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Autonomia para o Ano Letivo 2015/2016;
- j) – Reconhecimento de Interesse Municipal para Regularização de Instalação Pecuária na Freguesia de Vilar de Mouros em nome de António Alexandre Barrocas;



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

- k) – Reconhecimento de Interesse Municipal para Regularização de Instalação Pecuária na Freguesia de Âncora em nome de Júlia Rosa da Silva Pires;
- l) – Alteração à Postura de Trânsito na União de Freguesias de Gondar e Orbacém.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve público para intervir.

2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Informações da Mesa

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, saudou todos os presentes e informou que a Mesa tinha recebido a seguinte correspondência:

- Ofício do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira, a convidar para participar na jornada de trabalho referente petição pública: “Alteração dos Critérios de Atribuição do Fundo Geral Municipal, da Atual Lei das Finanças Locais”, a decorrer no dia 18 de março, pelas 18h.00 a realizar na Biblioteca Escolar da Escola Básica e Secundaria de Vila Nova de Cerveira.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento do Projeto de Lei apresentado pelo Grupo Parlamentar que “Retoma a conceção de serviço público no regime jurídico das Estradas Nacionais (Primeira alteração à Lei n.º 34/2015, de 27 de abril”.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento do Projeto de Lei apresentado pelo Grupo Parlamentar que “Impede mercantilização do abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos”, que se encontra já agendado



Assembleia Municipal de Caminha

para discussão na generalidade no Plenário da Assembleia da República do próximo dia 5 de fevereiro.

- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento da Pergunta ao Governo endereçada pela Deputada Carla Cruz ao Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e ao Ministério do Ambiente, sobre o “Controlo da Vespa Asiática”.
- Ofício da CPCJ de Caminha a dar conhecimento do “Relatório Anual de Atividades de 2015”.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que reuniu com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Caminha e ficou decidido que haja uma sessão da Assembleia Municipal Extraordinária no dia 03 de junho, pelas 14.30horas no Teatro Valadares, dedicada aos jovens, sendo que, o programa está a ser elaborado pelas escolas.

Informou ainda o Senhor Presidente da Mesa, que recebeu um ofício da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, a exigir a entrega do certificado do registo criminal dos seus membros; este aplica-se quer aos que já em funções, quer àqueles que as vierem a exercer. A entrega deve ser anual. O certificado deve estar válido no momento da sua entrega (isto é, após a sua emissão, o certificado é válido por três meses, pelo que deve ser entregue nesse prazo).

Informou também o Senhor Presidente da Mesa que a convite do Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho e seus membros, visitou o Centro Social de Vilarelho, a Santa Casa da Misericórdia de Caminha, a Associação de Pescadores, os Bombeiros Voluntários de Caminha e a Casa de Repouso do Senhor Jesus dos Mareantes, onde foi muito bem recebido em todas as instituições, e onde expuseram todas as suas necessidades, esperando o Senhor Presidente ser um porta voz de algumas das necessidades e ânsias destas instituições, impressionando-o, uma vez que não tinha conhecimento de algumas, sabendo de outras, apesar de uma visita ao local é sempre diferente e emotiva.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda que a mesa estará sempre aberta e sensível a qualquer solicitação que haja por parte de qualquer junta, uma vez que para a mesa da Assembleia não existem juntas do PS, do PSD, da CDU ou Independente.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros da Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Deputado Carlos Mouteira Fernandes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que:

“Neste ano de 2016, sendo esta a primeira sessão da Assembleia Municipal, não poderia, enquanto deputado municipal, deixar de assinalar os 500 anos de existência da mais antiga IPSS deste município: a Santa Casa da Misericórdia de Caminha, onde também sou Provedor.

Não seria correto da minha parte deixar de referir, neste Órgão máximo da democracia caminhense, a importância desta Instituição e dos seus cinco séculos de vida, que muito nos honra a todos:

A Misericórdia de Caminha é uma mão que se estende há 500 anos!

Este slogan tem toda a razão de ser; tem o dom de refletir o que tem sido a nossa instituição; de recordar o percurso importante que marcou e continua a marcar a intervenção social do concelho.

Na publicação "Santa Casa da Misericórdia de Caminha - 500 Anos, apresentada publicamente no passado dia 23 de janeiro, está historiada uma conduta positiva que queremos preservar para além dos tempos que vivemos. Pretendemos continuar a dizer que a Misericórdia de Caminha é uma mão que se estende há mais, muito mais, de 500 anos!



Assembleia Municipal de Caminha

A autora desta publicação, Dr.^a Sara Costa Pinto, a que dedicou cerca de quatro anos, refere que esta não é uma obra qualquer. Ela mesma refere o seguinte:

"Foi com muito gosto que dediquei os meus dias a ler os papéis e os livros antigos desta casa, assistindo ao desenrolar da sua história, acompanhando os seus sucessos e desventuras, conhecendo os seus protagonistas, tomando parte por alguns, censurando outros, e ansiando pelo final feliz.

É isto que espero que aconteça também a quem se atrever pelas páginas deste livro. E o que também espero que aconteça é que outros se aventurem no fantástico fundo documental que constitui o arquivo desta misericórdia. De uma forma geral, estas instituições são das mais privilegiadas no que respeita à sua documentação histórica.

As Santas Casas eram o bastião da assistência social em todas as suas vertentes: dar de comer aos pobres, visitar os presos, curar os doentes, enterrar os mortos, velar pelas almas. Ricos ou pobres, fidalgos ou pescadores, homens, mulheres ou crianças, todos recorriam às misericórdias, fosse para conforto corporal ou alívio espiritual. As misericórdias eram os espaços, por excelência da caridade, palco onde se encontravam aqueles que a queriam praticar e aqueles que dela usufruíam. Preços e salários; hábitos de consumo; relações familiares e demográficas; património móvel e imóvel; manifestações culturais; história da religião e da espiritualidade - os temas que a leitura dos seus arquivos nos permitem analisar são tão vastos e variados que me atrevo a dizer que poucos são os historiadores que não se tenham cruzado já com um livro de acórdãos de mesa ou de receita e despesa. Convido, por isso, os mais curiosos, a debruçarem-se sobre este riquíssimo fundo documental."

A Dra. Aurora Rego, a quem coube a apresentação da publicação, refere:

(...) O agravamento das condições sociais das populações no século XV - pauperismo, pestilências, crises de subsistência - levaram, face ao desequilíbrio entre meios de assistência e a grande quantidade de pobres e mendigos, à desconfiança sobre quem era o verdadeiro pobre, causando insegurança e medo entre as populações e os poderes constituídos. Será neste contexto que as



Assembleia Municipal de Caminha

Misericórdias serão fundadas, porque junto às comunidades eram conhecedoras das suas populações. D. João II, com reinado curto entre 1481 e 1495, empreende a reforma do sistema assistencial, devido à proliferação de todo o tipo de organismos, quer de iniciativa individual, quer religiosa ou civil. A criação da primeira Misericórdia em Lisboa, em 1498, por iniciativa da já viúva rainha D. Leonor, deu-se como corolário desta remodelação. Havia a necessidade de fiscalização da gestão destes estabelecimentos, de um melhor serviço prestado à assistência e de uma uniformização de procedimentos assistenciais.

À imagem da Misericórdia de Lisboa, fundaram-se rapidamente outras Misericórdias um pouco por todo o reino. A Misericórdia de Lisboa forneceu os modelos a adotar pelas suas congéneres, modelos que cada uma deveria adaptar à sua realidade geográfica e socioeconómica, respeitando, todavia, as 14 obras de Misericórdia: as 7 espirituais (de aconselhamento religioso e educacional) e as 7 corporais, assim referidas:

Remir cativos; visitar os presos; curar os enfermos; cobrir os nus; dar de comer aos famintos; dar de beber aos que têm sede; dar pousada aos peregrinos pobres e enterrar os finados.

Estes Compromissos basilares, escrupulosamente seguidos, conferiram às Misericórdias, entre outros, competências exclusivas na assistência aos presos e condenados das justiças, o exclusivo direito de pedir esmolas destinadas a obras de caridade.

Chegados aqui, neste breve enquadramento, temos como exemplo perfeito a Santa Casa da Misericórdia de Caminha, criada 18 anos depois da de Lisboa:

Um grupo de homens bons estabeleceu, no longínquo ano de 1516, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Caminha, imbuído do espírito de caridade, no sentido de minimizar os problemas que assolavam a sociedade daquele tempo.

Desde então, o tempo tem sido testemunha de que as necessidades de uma geração quase sempre continuam nas gerações seguintes e, dessa forma, a nossa instituição foi justificando a sua existência ao longo de cinco séculos.



Assembleia Municipal de Caminha

Agora, ao chegarmos ao ano de 2016, as necessidades não são exatamente as mesmas, mas, embora diferentes, são tão preocupantes como outrora: os sofrimentos, as angústias, a desesperança, as incertezas, os problemas existenciais desde sempre tão comuns ao ser humano, permanecem.

Para enfrentarmos os novos desafios precisamos de nos adaptar à realidade atual, mantendo, adaptando e/ou criando novas respostas sociais. É isso que nos move! Todos, na Santa Casa da Misericórdia de Caminha, temos um enorme orgulho e felicidade pelo nosso passado institucional; são 500 anos, sempre a servir o nosso próximo. Conscientes da importância histórica da nossa instituição, iniciamos nos últimos anos uma série de ações com vista a conhecer, proteger e valorizar o nosso património. Foi da iniciativa da SCMC as obras de recuperação da igreja, do restauro do magnífico órgão de tubos, a concretização da monografia sobre a sua história.

O passado nos trouxe orgulhosamente até aqui. Por isso existimos.

Mas tenhamos em conta a nossa realidade atual. O que mais importa agora é o momento presente e a projeção do futuro da Instituição: importam-nos os nossos utentes, os nossos colaboradores, os nossos voluntários e os nossos dirigentes. Eles são o presente e o futuro. Eles são a nossa gente! Gente que vive, que corrige, que erige, dirige e sente. Gente que diz presente... que trabalha sempre.

E o que fazemos, ou temos feito, nos tempos que correm?

Bem, enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social, a SCMC, desenvolve atividades de carácter social e de apoio à população do Concelho local de Caminha, através da dinamização e consolidação de várias respostas sociais.

Na Educação, através da Creche, do Jardim-de-Infância e do Centro de Atividades de tempos Livres, foram milhares as crianças que deram os seus primeiros passos no processo de socialização e desenvolvimento enquanto atores sociais em permanente construção. Andaimar a construção do conhecimento numa perspetiva de desenvolvimento de talentos é o que tem norteado o trabalho executado nas valências da infância.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

A Estrutura Residencial para Idosos e o Serviço de Apoio Domiciliário têm sido fundamentais como resposta social dirigida à população mais idosa. Muitas centenas de idosos já passaram por estas mãos que se estendem há tanto tempo. Uma equipa multidisciplinar que zela diariamente pelo bem-estar dos utentes destas respostas, procurando alcançar o máximo de qualidade de vida possível.

Atualmente colabora ativamente na "Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Caminha" que visa a promoção e a proteção dos direitos fundamentais das crianças em situação de risco e a integração da criança/jovem na família de origem e na comunidade. Temos um elemento cooptado que integra a Comissão Restrita e um elemento que integra a Comissão Alargada.

Somos a instituição representante das IPSS's no Conselho Municipal da Educação e integramos o Núcleo Executivo da Rede Social.

Temos uma parceria com a Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Viana do Castelo, que permitiu a criação do Albergue de Peregrinos de Caminha. Desde a sua abertura, por aqui já passaram mais de 4454 peregrinos de países dos 5 continentes (peregrinos de países como África do Sul, Brasil, Canadá, Estados Unidos da América, Coréia do Sul, Israel, Malásia, Japão, Dinamarca, Rússia, Sérvia, Austrália, Indonésia, Nova Zelândia... estamos a falar de cerca de 100 nacionalidades).

Foi criada a Loja Social, para apoio às famílias mais carenciadas do concelho, por onde já passaram centenas de famílias e criada a Cantina Social, com o apoio do Centro Distrital da Segurança Social de Viana do Castelo para apoio às famílias mais carenciadas do concelho, tendo já apoiado várias centenas de pessoas; Entrou em funcionamento a RLIS- Rede Local de Intervenção Social, uma nova resposta social, que se pretende um instrumento privilegiado na articulação entre as várias entidades multissetoriais representadas nas estruturas locais com responsabilidades na ação social, através do desenvolvimento das atividades de atendimento e acompanhamento a pessoas em situação de vulnerabilidade social; A nossa instituição trabalha assim sem parar, dia após dia, ano após ano, há 500 anos!



Assembleia Municipal de Caminha

No trabalho do bem...nunca faltará a quem!

Muito obrigado a todos!"

O **Senhor Deputado José Gaspar Pereira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que:

"Em 22 de Março de 1976 um grupo de Ancorenses onde se destacavam os senhores José Augusto Brito Meira e Manuel Martins de Sousa fundavam o Etnográfico de Vila Praia de Âncora.

No próximo dia 22 de março de 2016 completam-se 40 ANOS de intensa atividade ininterrupta desta Associação Ancorense.

O Etnográfico de Vila Praia de Âncora ao longo destes 40 ANOS tem procurado da melhor maneira possível apresentar o nosso legado cultural de norte a sul de Portugal Continental, Ilha de Madeira e um vasto conjunto de Países Europeus, alguns deles visitados pelo Grupo por várias vezes.

Ao longo deste tempo o Etnográfico organizou Festivais Nacionais e Internacionais de Folclore, Concursos Nacionais de Quadras Populares, Conferências Culturais, interagiu com Escolas e Instituições Sociais e sobretudo procurou ter um papel de defesa dos nossos usos e costumes com especial destaque para o Trajo, as Músicas, os Cantares e as Danças da vertente poente da Serra d'Arga e Vale do Âncora.

É desde 1989, por despacho do então 1.º Ministro Aníbal Cavaco Silva, Instituição de Utilidade Pública, para além de um indeterminado número de prémios e condecorações é igualmente detentor da Medalha de Mérito Cultural Prateada e Dourada da Câmara Municipal de Caminha.

Nestes 40 ANOS de atividade passaram pelo Etnográfico de Vila Praia de Âncora centenas e centenas de elementos, provenientes de muitas freguesias do Concelho de Caminha, como são o caso de Âncora, Riba de Âncora, Vile, Moledo, Cristelo, Azevedo, Venade, Lanhelas, Seixas, Caminha e naturalmente Vila Praia de



Assembleia Municipal de Caminha

Âncora, mas também de freguesias do Concelho vizinho de Viana do Castelo como são exemplo Afife, Freixieiro de Soutelo, Amonde, Santa Marta de Portuzelo e Areosa.

Sr. Presidente da Câmara,

Neste ano de comemoração do 40.º Aniversário o Etnográfico em conjunto com esta Câmara Municipal está a organizar dois grandes eventos:

A 2.ª Edição do ÂncoraFolk 2016 — Festival Internacional de Folclore;

E, em conjunto igualmente com a Câmara Municipal de Caminha e envolvendo a Academia de Música Fernandes Fão:

O espetáculo denominado AMFF IN CONCERT FOLCLORE.

Não poderia deixar também de falar num dos maiores sonhos dos atuais elementos do Etnográfico de Vila Praia de Âncora, estou a referir-me ao Grupo ter um espaço próprio, uma Sede onde possa desenvolver o seu trabalho etnográfico, onde possa mostrar o seu vasto e valioso espólio que se encontra a maior parte dele, em gavetas, armários e caixas, onde possa condignamente receber todos os Grupos que anualmente vistam Vila Praia de Âncora e o Concelho de Caminha para participar nas mais variadas organizações do Grupo.

Sr. Presidente da Câmara,

Tem sido esta apetência por inovar e organizar espetáculos de excelência que diferencia o Etnográfico no panorama cultural do Concelho de Caminha, assim o Grupo aprendeu com o Saudoso José Augusto Brito Meira, Presidente desta Associação desde 1976 até 1996, ano que infelizmente nos deixou fisicamente, mas que tem continuado sempre presente no dia-a-dia do Etnográfico, quer pelo seu filho José Meira, atual Presidente, quer pelos seus netos, José e João Meira, elementos atuais do Grupo.

Por este facto, mas também pelo Saudoso José Augusto Brito Meira ter tido no panorama associativo de Vila Praia de Âncora um trabalho de excelência, exemplos disso são a sua presença em Associações como o Orfeão de Vila Praia de Âncora, o Âncora Praia Futebol Clube, a extinta Sociedade de Instrução e Desporto Ancorense, entre muitas outras participações e elevados contributos



Assembleia Municipal de Caminha

socioculturais, é tempo para que esta Câmara Municipal e o Concelho de Caminha realizem uma mais que merecida Homenagem Póstuma a este Homem que tanto contribuiu para que o nome de Vila Praia de Âncora e consequentemente do Concelho de Caminha ultrapassasse muitas fronteiras.

Fica assim este desafio a esta Câmara Municipal, porque não associar ao 40.º Aniversário do Etnográfico de Vila Praia de Âncora uma Homenagem Póstuma pela Autarquia Caminhense a José Augusto Brito Meira.

Do Etnográfico de Vila Praia de Âncora esperamos que nos continuem a deliciar com a vivacidade das vossas danças, com os seus cantares alegres e tipicamente minhotos e com a vossa riquíssima coleção de trajos, na certeza que todos marcaremos presença no próximo dia 22 de março para em uníssimo cantar os parabéns.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, António Manuel Alves Moreira Brás, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que:

“Senhor Presidente,

Nesta minha intervenção quero uma vez mais salientar a forma saudável e empenhada como este executivo têm procurado co habitar com a Junta de freguesia a que presido, cedendo materiais para obras de importância significativa, disponibilizando pessoal para apoio, estes sempre do estaleiro de Caminha, e até cedendo maquinaria para que seja possível promover obra em benefício geral. E até pessoal para tarefas diversas.

Mas este executivo, tal como o anterior, ainda não conseguiu explicar o que leva os serviços camarários a abrir buracos nos arruamentos de Âncora para proceder às mais diversas reparações, ora da rede de saneamento, ora da rede de abastecimentos de água e deixá-los indefinidamente no tempo sem reposição de pavimento.



Assembleia Municipal de Caminha

Na esmagadora maioria das vezes têm de ser a Junta a pavimentar os buracos que a câmara abre, como exemplo entre outros, o Adro da capela de Stª Luzia, rua dos barreiros, etc.

Mas faço referência a uma vala de 83 metros lineares que a anterior Câmara abriu na rua da Boavista em junho de 2013, para instalação de um contador de água, que o requerente pagou, e foi já o atual executivo que fez a reposição do pavimento, em junho de 2014, entretanto decorreu um ano. Pasmese

Não obstante as permanentes queixas da Junta nesta matéria, acontece que os serviços municipais abriram na segunda semana do passado mês de janeiro um novo buraco para uma reparação na rede de água no Adro da Igreja Paroquial.

Volvido um mês e uma semana sensivelmente, não só o buraco não está pavimentado, como jorra água a granel pelo chão. Água que todos pagamos. Logo considero intolerável.

Mas intolerável é também que tal aconteça num local que a todos deveria sensibilizar, que todos queremos sempre preservar, mesmo os não católicos, até por uma questão de respeito pelos que o são.

Sr. Presidente,

Porque estamos a falar de Domínio Público e dependentemente dos casos (normalmente se não for para efetuar obras) as Câmaras dizem-se administradoras do domínio público.

Deixaria a pergunta ao Exmº Executivo, deve a Junta efetuar esta reparação ou a Câmara desloca operacionais do estaleiro de Caminha para o fazer no mais curto espaço de tempo?

Este executivo tem procurado descobrir caminhos anteriormente fechados e que tem proporcionado obra para o concelho.

Nomeadamente as obras de sustentação e requalificação da margem do Rio Âncora nos Caldeirões.

Âncora só pode ter uma palavra, e essa é de agradecimento profundo.



Assembleia Municipal de Caminha

Mas em simultâneo surge uma pergunta que se torna inevitável. Quem fica responsável pela manutenção deste importante investimento público, porque circula o trânsito automóvel numa via pavimentada para peões?

Este executivo tem feito brotar democracia nas muitas atividades que promove, nomeadamente com o Lançamento do Orçamento Participativo.

Ora se saudamos tão louvável iniciativa, tenho que deixar uma crítica que espero sinceramente possa ser construtiva.

E essa prende-se com o regulamento que lhe foi afeto, que restringe a igualdade de oportunidade para as freguesias mais pequenas.

Primeiro ao não prever igual período de votação em cada freguesia.

Segundo ao não prever um método percentual que relativiza-se o montante/per capita, o que proporcionaria, no meu entender maior justiça e igualdade e daria maior relevância a este ato.”

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lanhelas, Josefina Jesus Fernandes Covinha, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que:

“As Juntas de Freguesia, por inerência das suas funções de prestação de serviço público, situam-se numa relação de grande proximidade com as populações e estão na linha da frente na resolução dos problemas que emergem, a cada momento, da realidade social, económica e cultural.

A identificação precoce dos problemas que afligem as pessoas, afigura-se como necessária, para uma abordagem célere e eficiente na procura de respostas e soluções.

Neste sentido, o executivo Lanhelense, entendeu logo no início, incrementar Regulamentos para definir regras, nos diferentes ramos de intervenção e no âmbito das competências da Junta de Freguesia.



Assembleia Municipal de Caminha

Acresce dizer que outras circunstâncias, tais como o mau tempo que se fez sentir em finais de 2013, início de 2014, provocando inundações e muitos estragos, nos terem alertado e evidenciado a necessidade de definir uma estratégia de atuação mais assertiva e articulada com a Câmara Municipal, no sentido de resolver os problemas de forma eficiente e de garantir a segurança de pessoas e bens.

É do conhecimento geral que, durante uns bons anos, a zona do Regueiro e o Caminho da Ramalhosa sofriam grandes inundações, sempre que chovia com maior abundância.

Atualmente e unindo esforços, (Câmara Municipal e Junta de Freguesia) algumas das medidas já adotadas, uma delas, a limpeza da Presa do Feijoal - revelou-se providencial e apesar do mau tempo dos últimos dias, com fortes chuvadas, não se verificaram mais inundações na parte baixa da Freguesia e no Caminho da Ramalhosa.

Uma outra iniciativa da Junta de Freguesia, no sentido de minorar esses problemas, foi termos solicitado aos responsáveis da Euroscut Norte Litoral, quer por comunicação escrita, quer presencialmente, para encontrar soluções no que se refere às descargas mal resolvidas das águas pluviais da A28. Por parte desta entidade, foi-nos garantida a resolução deste problema. Posso acrescentar que já estiveram no terreno para avaliar as situações.

Do compromisso assumido por este executivo, elenquemos as obras feitas em estreita colaboração com a Câmara Municipal:

Requalificação de três artérias: Travessa do Sobreiro, Caminho do Serradouro, e Caminho da Bouça Velha. De realçar que todas as requalificações na rede viária foram feitas, depois de se proceder à melhoria ou substituição da rede de água pública e saneamento.

Não menos importantes, embora sejam pequenas intervenções levadas a cabo para garantir o bem-estar do dia-a-dia da população, procedemos à colocação de grades e gradeamentos, corrimãos, pinturas, arranjo de espaços do Cruzeiro e escadório, e mais recentemente a reposição de um muro no Caminho do Freijoal que ruíra com o mau tempo e reforço de um outro muro na Rua João Costa e Silva.



Assembleia Municipal de Caminha

Mas a intervenção da Junta de Freguesia, no plano recreativo e cultural, junto da comunidade local, também é de realçar, pelo que destacamos, ao longo destes dois anos, a estreita colaboração com a população em geral, envolvendo as crianças, os jovens, os adultos e os seniores. Como exemplos ilustrativos, referimos os convívios culinários, a hora do conto, o convívio /almoço depois de uma linda caminhada no monte Goios, as atuações do grupo de teatro que, além de atuarem em Lanhelas, fizeram-no além portas: aqui nesta casa (Valadares), no Sá de Miranda e na Feira Medieval. Estabelecemos um protocolo com a Universidade Sénior cedendo as nossas instalações para aí decorrerem as aulas de "Arte na Cozinha". Também costumamos ir ao teatro, curiosamente na sexta-feira passada, fomos ao Sá de Miranda ver a peça: Viva o Casamento, em transporte disponibilizado pela Câmara Municipal.

Também a EB 1 tem sido alvo de muita atenção por parte da Junta de freguesia: nas pinturas do refeitório e biblioteca, na aquisição de material, em pequenos arranjos e na colaboração nas atividades educativas.

A plataforma S. Martinho, colocada na beirada do rio foi completamente restaurada, o piso em madeira foi substituído por chapa antiderrapante de alumínio anodizado e foram colocados os flutuadores em falta.

A Banda Musical Lanhelense e o LFL beneficiam todos os meses de um subsídio da Junta de Freguesia.

Mas de facto as obras de que mais nos podemos orgulhar, obras de grande investimento e que estarão a breve trecho em fase de conclusão são:

O projeto de reestruturação do Campo de Futebol e a concretização do projeto da Ecovia, contando este projeto com melhoramentos acrescidos.

Nunca nos últimos 14 anos o anterior executivo olhou para a freguesia de Lanhelas, como o atual executivo está a fazê-lo.

Num futuro muito próximo faremos intervenções de fundo em mais ruas e caminhos da freguesia. Será feito o saneamento na Travessa da Cancela. A construção do Centro de Interpretação das Figuras Rupestres no Monte Goios, será uma



Assembleia Municipal de Caminha

realidade. O edifício da Junta de Freguesia será objeto de obras de impermeabilização.

Em suma, estes últimos dois anos foram vividos intensamente pelo executivo e por todos aqueles que aceitaram agarrar a oportunidade que os Lanhelenses nos deram, para trabalharmos para e pela nossa freguesia. Estamos a fazer, como foi o nosso compromisso, um mandato empenhado, dedicado aos Lanhelenses e em constante articulação e apoio da Câmara Municipal de Caminha. Queria por isso agradecer a todos os que caminham ao nosso lado, àqueles com quem nos cruzamos e que acrescentam tantas vezes mais experiência e saber, no sentido da melhoria da qualidade de vida e engrandecimento da freguesia de Lanhelas.

Quem aposta e gosta da nossa terra é mais um de nós.

Obrigada Sr. Presidente, o senhor é um Lanhelense.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Municípes e a Comunicação Social, e apresentou o seguinte requerimento:

“Ex. mo Sr. Presidente

da Assembleia Municipal de Caminha

Rui Taxa Araújo, Líder do grupo do PSD deste Assembleia Municipal vem, ao abrigo da Lei 75/2013 de 12/09, requerer a V. Exa que nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

- Considerando que ainda não obtivemos qualquer tipo de resposta a um anterior pedido apresentado nesta As. Municipal, em que solicitávamos dados estatísticos sobre o funcionamento do Ferry;
- Considerando que importa ter ou conhecer os mesmos dados (números) que o Sr. Presidente dispõe para um confronto político de transparência, vigor e verdade. para o efeito,

Requer se digne fornecer um relatório analítico da gestão do serviço do Ferry Boat

- S. Rita de Cássia referente ao exercício económico de 2015 (receita e despesa),



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

contendo a documentação suporte das aplicações informáticas usadas no Município, designadamente:

1. dados mensais do tráfego de passageiros;
2. dados mensais do tráfego de veículos;
3. dados mensais das receitas - Caminha;
4. dados mensais das receitas - Camposancos/ A Guarda;
5. dados mensais das remunerações dos trabalhadores;
6. dados mensais das prestações de serviços;
7. dados mensais de todas as despesas sem exceção suportadas pelo Município de Caminha;
8. dados mensais de todas as despesas sem exceção suportadas pelo Ayuntamiento de A Guarda;
9. dados mensais de todas as transferências feitas pelo Ayuntamiento de A Guarda para os cofres do Município de Caminha;

Caminha, 2016.fevereiro 19

Pede Deferimento.

O Deputado do PSD, (Rui Taxa)”

De seguida disse o seguinte:

“O Sr. Presidente da Câmara, no final de setembro de 2014, proferiu um despacho onde nomeou em regime de substituição por urgente conveniência de serviço, dois técnicos superiores para desempenharem funções de cargos dirigentes;

Posteriormente, nomeou um outro técnico superior, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, para desempenhar funções de cargos dirigentes;

Se a Lei fosse cumprida não teríamos que estar constantemente a alertar para as ilegalidades que este Executivo comete;

O que está a acontecer é muito grave. Tratam-se de procedimentos legais obrigatórios que devem ser respeitados e cumpridos.

Sr. Presidente estão em causa dinheiros públicos!

A publicação no Diário da República de dois avisos (nº 1108/2016 e 1109/2016) onde determinam a prorrogação das três nomeações em regime de substituição



Assembleia Municipal de Caminha

nos cargos de Chefes de Divisão com o seguinte fundamento: “em virtude de se encontrar em curso o procedimento concursal tendente à nomeação dos novos titulares.

Sr. Presidente como explica o teor destes avisos? Afinal, o procedimento concursal para o recrutamento dos cargos de chefes de divisão já abriu? Se sim quando? De que forma? Ou estaremos perante uma mera quimera...

A Assembleia Municipal deliberou sobre a composição do júri para o referido procedimento concursal há muito tempo. E desde então o que foi feito?

Em síntese, gerir recursos humanos é cumprir e fazer cumprir os normativos legais aplicáveis.”

O Senhor Deputado deu continuidade à sua intervenção e disse que:

“O dia 11-12-2015, dia da realização da nossa última Assembleia Municipal, ficará na história democrática do Concelho de Caminha, como sendo o dia em que a censura tentou ser implementada em Caminha.

Há quase 42 anos que vivemos em Democracia, mas pelos vistos, 42 anos ainda não são suficientes para que as práticas usadas no “antes do 25 de Abril” sejam esquecidas.

Vivemos há quase 42 anos em Democracia, mas pelos vistos, ainda temos muitos Caminhenses, que embora se apregoem aos 4 ventos como sendo o garante da Democracia, do Diálogo e da Transparência, ainda não sabem o que é viver em Democracia.

Ainda temos muitos Caminhenses que não sabem o que significa “liberdade de expressão”. Tentaram e sugeriram o supervisionamento e censura das intervenções e formas de apresentação, dos Deputados Municipais do Grupo do PSD desta Assembleia Municipal.

Não sabem o que é “liberdade de imprensa”. Tentaram calar a voz livre da Imprensa local, tentaram calar todos os que dizem a verdade.

Desconhecem o termo “tolerância”.

Não sabem o que é a “tolerância democrática”.



Assembleia Municipal de Caminha

Parece que 42 anos de Democracia ainda não foram suficientes para que alguns Caminhenses fizessem a aprendizagem do significado "Democracia".

Quantos mais anos teremos que esperar, para podermos ter a "Democracia", no seu verdadeiro sentido democrático, instalado em Caminha?

Pergunta que vos deixo para reflexão.

Mas pela minha parte, uma coisa vos garanto:

- A censura não passará!"

Por fim o Senhor Deputado Rui Taxa disse que no email que enviou ao Senhor Presidente da Mesa, a solicitar a colocação de Power Point, onde o Senhor teve a amabilidade de responder, para chamar a atenção que aquele tipo de ferramentas só deverão ser exclusivamente para o uso de quadros explicativos, gráficos e similares, toma o Senhor Deputado esta recomendação como uma norma indicativa, mas, quando utilizam esta ferramenta apenas é para dar um pouco mais de colorido as intervenções, explicando melhor aquilo que se está a expor, para que todos percebam melhor aquilo que se está a dizer, principalmente para aqueles se encontram em casa. Porque, quem nos assiste pela internet esclareço a todos que nos ouvem, que regimentalmente o PSD dispõe de um tempo inicial de 26 minutos no período de antes da ordem do dia, que é este período em que estamos, para usar da palavra e colocar questões, o Senhor Presidente, depois, dispõe de 30 minutos para responder e nós dispomos de seguida de um tempo de replica de 3 minutos, para resposta a esta replica o Senhor Presidente dispõe de mais 15 minutos, e depois no período da ordem do dia, para cada ponto da ordem de trabalhos dispomos de 5 minutos para cada intervenção e não podemos usar mais da palavra, ou seja, não respondemos, não porque não houvesse resposta a dar e esclarecimentos a prestar, mas, porque o regimento aprovado não o permite.

Em resumo:

Às várias intervenções do Senhor Presidente o PSD não pode dar resposta ou prestar esclarecimentos, porque o regimento em vigor não o permite, embora entendamos a necessidade exigência de regras para um bom funcionamento dos órgãos, lamentamos que assuntos de alguma relevância e importância para a vida



Assembleia Municipal de Caminha

do município não possam excecionalmente beneficiar de mais tempo para benefício e esclarecimento de todos, sobretudo para que pudessem ser respondidos em tempo útil e com a oportunidade que merecem.

Queremos por isso esclarecer a quem nos ouve e assistem a estas transmissões que o PSD não presta melhores esclarecimentos porque regimentalmente não o é possível.

O **Senhor Deputado José Luís de Lima**, saudou todos os presentes e todos aqueles que nos estavam a acompanhar via internet, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Mesa disse-lhe para não se preocupar com a sua imagem, porque ele foi eleito para pugnar pelos interesses do Concelho de Caminha. Disse ainda o Senhor Deputado que o Senhor Presidente referiu que não via as juntas pelo partido, e muito bem, mas também deve tratar todos aqueles que foram eleitos e se encontram nesta sala da mesma forma, seja qual for o partido, e mais uma vez refere o Senhor Deputado que todos foram eleitos para pugnar pelos interesses do Concelho de Caminha, referindo ainda que ali não há oposição, e não pode admitir ao Senhor Presidente que o “ameace” que o convida a sair deste órgão, porque tal como o Senhor, foi eleito legitimamente para ali estar. Disse o Senhor Deputado que tudo isto está relacionado com aquilo que se passou na última sessão da assembleia em Vila Praia de Âncora, em que o Senhor disse que se não me calasse, convidar-me-ia a sair, quando a obrigação do Senhor Presidente perante esta Assembleia, era de manter a ordem na sala, e convidar a sair a pessoa que estava a causar a desordem na sala, pois tratava-se de uma pessoa do público.

Por fim refere mais uma vez o Senhor Deputado José Luís de Lima para que o Senhor Presidente trate esta assembleia de forma igual, porque todos são membros, como todos os Presidentes de Juntas defendem os interesses do Concelho de Caminha, e o público deve saber que se tem que manter isento e reservado, pois é uma obrigação que tem perante esta assembleia.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Municípes e a Comunicação Social, e disse o seguinte:

“São já recorrentes as nossas acusações aos sucessivos executivos, quer liderados pelo PSD, quer liderados pelo PS, mas sempre formados apenas por estas duas forças partidárias, que teimam em não desenvolver uma estratégia identitária para o Concelho de Caminha. Sempre ignorados, tanto na resposta esquivada nestas sessões, como, e sobretudo, nas políticas seguidas na condução do município, não será por isso que desistiremos de apontar o caminho que queremos. Mas de facto, quando a identidade é apenas um chavão de ocasião, uma mensagem efémera para embelezar o discurso, nada se afirma, nada fica dessa raiz cultural, económica e política. E os exemplos saltam à vista sem grande esforço. Começemos pela Vila Praia em Flôr, iniciativa do PSD que evoca o património natural de Vila Praia de Âncora, uma freguesia do Concelho de Caminha que não tem um único espaço de parque florido, digno desse nome, tanto pela organização como pela localização, e que seja de facto uma zona de desfrute da natureza em flor, pensada e organizada com esse fim, apesar das sucessivas propostas da CDU em ser criado o parque da Vila, valorizando a zona envolvente ao Dólmén da Barrosa, num enquadramento urbano favorecido pela municipalização de um troço da EN13. Vale o evento pelo evento, porque florir a vila é esteticamente bonito, mas que tradição florística da Vila se atualiza e o que a diferencia da de outras terras? A tradição das maias não é seguramente uma referência singular desta vila ou deste concelho, embora nada nos impeça de o assumir. Passemos então à fase seguinte. Valendo a identidade, que impacto económico traz, criando nos visitantes a ideia de identidade desta vila com a floricultura, de raízes ancestrais, cuja atividade económica era já reconhecida no passado? Na verdade, essa dimensão não está no passado, e claro que, apesar de alguns bons exemplos no Concelho de Caminha, que se reportam a tempos próximos, a verdade é que Vila Praia em Flor é isso mesmo, é mais uma atividade



Assembleia Municipal de Caminha

de animação e não um elemento de identidade do concelho, nada se obstando a que possa ainda vir a ser.

Passemos então a um elemento cuja identidade é inquestionável - o mar!

Nas palavras poéticas do anterior presidente desta assembleia, é Vila Praia de Âncora, e com ela o Concelho de Caminha, terra "de velhos marinheiros, de barcos à vela"! Mas o único elemento que neste concelho evoca estes velhos marinheiros é um barco sem vela, revelador de uma identidade difusa que nem replica a estrutura dos tradicionais barcos de pesca Ancorense, ou das suas masseiras. Mas se dúvidas houvesse quanto à identidade do concelho no que ao mar diz respeito, com o executivo do PS criou-se um evento ainda mais magnânimo, que lembra as intrépidas viagens à pesca do bacalhau. Assim nasceu o Viagens à Terra Nova. E quando qualquer visitante nos encontra a evocar a epopeia do bacalhau pergunta-se pelos elementos que nos ligam a tão longínquas paragens; e pergunta-se, muito justamente, por um nome de rua, talvez, um monumento ou simples placa que recorde estes homens do mar que durante anos garantiram às famílias (mulheres e filhos) a sobrevivência, aqui, na terra que os esquece. Mas pergunta-se mais; se hoje sabemos dos perigos enfrentados, terá algum perecido? É lembrado na sua terra natal? Afinal, numa breve pesquisa, sabemos que foram 7 os que morreram nesta pesca, mas cujo nome não consta em nenhum pequeno recanto, como tão pouco constam os dos camaradas de mar que por aqui foram parecendo. Então não vale a Viagens à Terra Nova pela referência histórica, porque nada há desse registo nas restantes 51 semanas do ano, considerando uma semana reservada para o evento. Mas se as referências passadas não alimentam razão suficiente para a identidade local de ligação ao mar, procure-se nas atividades económicas atuais a presença deste mesmo mar. Pois é, para além da tela nada fica. Não há um porto de mar que sirva os seus fins, da mesma forma que não existe dinamismo económico em terra que estimule a atividade de mar, tanto na vertente profissional como na desportiva ou recreativa. Do investimento realizado não houve capacidade para desenvolver um sector usado na nossa identidade como se fosse o de maior importância local, tanto pelo emprego, como pelo dinamismo económico. E se nada



Assembleia Municipal de Caminha

há, assumam que a vossa estratégia de desenvolvimento não passa pela valorização do mar, e a ser assim não usem a vocação marítima para se referirem a esta terra, porque nas vossas políticas nada fazem ou fizeram para afirmar esta identidade. Nem o passado recordam, nem no presente garantem o futuro. Reparem que em todo o concelho não há um único curso profissional voltado para a pesca. Não há um único programa de investigação em ciências marinhas protocolado com qualquer instituição superior. Não há uma única movimentação no sentido de tentar atrair para o concelho empresas de valorização do pescado, de operação turística de mar, de construção, reparação ou comercialização de artigos que estimulem a atividade marítima. Não há rotinas de interação com as comunidades piscatórias, levando o mar às escolas de ensino regular, em particular do ensino básico. Nada fazem na verdade para estimular, 365 dias por ano, a poética terra de marinheiros, servindo-se do epíteto para reconhecer que não conhecem o mar que fixou uma comunidade, que a desenvolveu, e que agora a estão a deixar morrer. Façam o exercício simples de perguntar a um jovem de 18 anos, natural do nosso Concelho, quantas experiências teve no nosso território relativo ao mar, para além dos banhos de Verão nas praias. Perguntem-lhe sobre as artes da pesca. Desafiem-no a falar da frota branca, dos dóris e da Terra Nova. Perguntem-lhe o que sabe sobre os cabazes da sardinha, da alvorada e do assejo, para perceberem de vez o quanto contribuem para estimular o esquecimento do mar. É que para defendermos uma identidade é preciso fazê-lo com políticas de enraizamento e fixação de atividades comerciais, industriais e formativas, caso contrário estão apenas a fazer da identidade uma referência a um passado ultrapassado, sem qualquer presença na vida atual deste concelho, e se assim é, assumam-no e construam outra identidade. Para a CDU há ainda muito a fazer, e o mar é ainda um motor de desenvolvimento económico e social no Concelho de Caminha, saiba a atividade política corresponder às expectativas, criando as dinâmicas industriais, comerciais, turísticas e formativas que justifiquem os investimentos públicos, e voltaremos seguramente a ser, justamente, apelidados de



Assembleia Municipal de Caminha

terra de mar, onde a fotografia não é a única atividade, apesar da beleza registada por muitos dos nossos conterrâneos que, felizmente, nos trazem o sal aos olhos. Mas não poderemos terminar sem deixar uma nota sobre o festival que criaram à volta do orçamento participativo, tão ao jeito da vila de cima contra a vila de baixo, descendo a um nível tão estranho e desligado do que é na verdade o orçamento municipal. Para além do custo associado a este folclore, que a ser descontado na verba disponível para o orçamento participativo deixaria as obras por realizar, traz à seriedade do orçamento a competição mais básica, e resume as freguesias e as suas Juntas a meros líderes de bancada, cuja função é angariar votantes. Se no passado combatemos políticas que subjugavam os presidentes de Junta às Câmaras Municipais, não aplaudiremos agora uma situação ainda mais gravosa - já não é o presidente de junta que pede obras, agora é o elemento que pede aos fregueses para pedirem obras. Sejam sinceros, como há uns anos a esta parte tudo se resume a eventos, o orçamento participativo também foi transformado em algo do género; só falta organizar a festa de condecoração do vencedor, com direito a fotos, discursos, verde de honra, e o muito mais que a capacidade criativa possa juntar, para assumir esta atividade como um marco de referência no panorama cultural do concelho de Caminha”.

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse o seguinte:

“O grupo SONAE fez a opção de construir em Vila Praia de Âncora uma superfície comercial e, no passado dia 5 deste mês, cumpriu-se um ano sobre a data da sua abertura.

Todos sabemos que a memória é curta, mas importa que, passado um ano sobre este acontecimento, recordemos que na altura muita futurologia foi efetuada, muitas mentiras foram construídas e acima de tudo muita ficção científica pairou em muitas mentes doentias.



Assembleia Municipal de Caminha

Exatamente porque a memória é curta recordo que os profetas da desgraça disseram coisas como esta:

- “O comércio tradicional e local, vai desaparecer e será a desgraça total para Vila Praia de Âncora”
- “A Câmara privilegiou o Grupo Sonae em detrimento de outros licenciamentos de diversos Municípios.

E diziam mais, com o dedo apontado ao Presidente da Câmara:

- “Quando a Biandota, o Mercado Brás, a Casa Tomé, a Casa Barroso, os mercados Guiomar fecharem portas, a responsabilidade será sua”
- “Quando os talhos fecharem portas, a responsabilidade será sua”
- “Quando as Padarias desta terra fecharem portas, a responsabilidade será sua”
- “Quando o Continente fizer promoções de pescado, e a Lota de V. P. de Âncora ficar sem movimento, a responsabilidade será sua
- “Se os nossos pescadores de pesca artesanal ficarem sem trabalho, a responsabilidade será sua”

Para enfatizar o ato de malvez que o presidente da Câmara tinha arquitetado asseveravam que a responsabilidade por tal calamidade era exclusivamente sua e que os comerciantes de Vila Praia de Âncora seriam extremamente prejudicados.

Lembro os membros desta Assembleia que se insinuou que o Presidente da Câmara:

- Havia mandado mudar o local da realização da Assembleia Municipal escolhendo uma sala mais pequena,
- Havia mandado encher a sala de Socialistas, arregimentados para o efeito, para que os Comerciantes não pudessem entrar.

E para enfatizar a desgraça dizia-se que:

- “A abertura do Continente seria feita “às custas da morte do comércio local em Vila Praia de Âncora” e que

Nenhuns empregos seriam criados em Caminha porque o Continente iria “destruir outros tantos!”



Assembleia Municipal de Caminha

Isto tudo poderia ser o prólogo de uma de uma tragédia grega, ou um efeito colateral de leitura exagerada de um best seller de Agatha Christie, mas não.... Isto foram afirmações do PSD através do seu líder da bancada, o deputado Rui Taxa.

Passado um ano importa que os deputados municipais saibam que nenhum dos estabelecimentos comerciais propalados fechou por causa do investimento da SONAE e que o PSD tem dito muito e acertado pouco.

Passado um ano convém dizer que este investimento estratégico para Vila Praia de Âncora permitiu:

- Gerar um número muito significativo de postos de trabalho,
- Dinamizar comercialmente a Zona da Sandia que era uma zona periférica e sem grande dinâmica comercial,
- Promover a atração de investimento em Vila Praia de Âncora,
- Atrair cada vez mais pessoas a Vila Praia de Âncora,
- Requalificar urbanisticamente toda a zona, tornando-a mais viva e resolvendo alguns problemas estruturais.

Convém dizer que efetivamente este investimento criou 81 postos de trabalho e que esse número aumentou 10% na época Balnear.

Convém dizer que, ao invés do que se propalava, esta empresa tem relações comerciais com empresas como a "Camipão" e a "Petinga Doce", dentre outras, o que significa está a contribuir para aumentar a faturação dessas empresas fornecedoras de bens e serviços.

O balanço que agora podemos fazer é um balanço positivo.

Os profetas da desgraça, esses, estão a ser desmentidos pelos factos.

Desses, não reze a história.

Por eles Vila Praia de Âncora e o concelho parariam no tempo.

Julgo que este deveria ser o momento de refletirem sobre a figura que fizeram e que deveriam retirar consequências políticas do que disseram e do que insinuaram.

Por nós continuaremos a defender o progresso da nossa terra!"



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Lages**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Municípes e a Comunicação Social, e disse o seguinte:

“Nas eleições autárquicas de 2013, o Partido Socialista e o então seu candidato à Câmara, Miguel Alves, apresentaram-se ao concelho com um projeto, com uma visão estratégica para o município, com enorme empenho e esperança, sob o lema: " Mais Emprego, Mais Diálogo, Melhor Futuro".

O passado é passado, mas não se pode fazer um balanço do presente sem saber qual o nosso ponto de partida.

Vejamos:

- Tínhamos um executivo sem estratégia, sem visão e desgastado;
- Tínhamos a pior situação financeira desde o 25 de abril de 1974;
- Tínhamos obras executadas, mas... por pagar;
- Tínhamos, como temos, uma PPP monstruosa para pagar em Vila Praia de Âncora;
- Tínhamos um executivo fechado em si, onde as decisões eram tomadas nos gabinetes;
- Tínhamos empresas a encerrar e a deslocalizarem-se para municípios vizinhos;
- Tínhamos uma das maiores taxas de desemprego do Distrito.

Bem, todos nós sabemos o que era este nosso concelho. Como era, como estava e como agora se encontra.

Mas, presentemente o que temos?

Não querendo falar da oposição que este PSD faz, uma oposição que cai no descrédito e no burlesco, falemos então do nosso concelho e da realidade com que vivemos.

Os dados públicos do Instituto de Emprego e de Formação Profissional demonstram uma descida do número de pessoas sem emprego face ao início deste mandato, na ordem de 31,5%.



Assembleia Municipal de Caminha

O número de desempregados desceu 14,3% em dezembro, face a igual período de 2014. Há um ano estavam inscritos no Centro de Emprego 804 cidadãos e no final de 2015 o número cifrava-se em 689.

Estes números enfatizam a confiança que os empresários e investidores têm agora no nosso concelho. Vendo a autarquia como parceiro e não como um rival que obstaculiza o investimento.

Mas caros deputados, sendo esta uma excelente notícia e uma tendência muito positiva, o Partido Socialista, não pode deixar de realçar que um desempregado que haja é uma pessoa que está em dificuldades, é um concidadão que não se consegue realizar profissional e pessoalmente. E pugnaremos, sempre, para que haja pleno emprego no nosso concelho. O caminho faz-se caminhando. E o trajeto que temos vindo a empreender parece-nos ser o correto. Só assim honraremos a nossa palavra de: "Mais Emprego".

Mas falar de investimento e de dinamização da economia no nosso concelho é também falar de Turismo.

Um dado curioso, 33.338 turistas visitaram as instalações dos postos de Turismo do nosso concelho. Vejam que aqui só se contabiliza aqueles turistas que procuraram os serviços prestados nos locais de informação turística. Mas, na realidade, muitos mais terão passado pelo nosso concelho, pelas nossas freguesias. Este número de visitantes representa uma subida de 15% relativamente a 2014.

Esta subida do número de visitante encontra-se fortemente ligada à oferta cultural que o município proporciona. Uma oferta cultural de excelência, onde se incluem os eventos, a programação artística, desportiva e recreativa.

Mas para isso também contribuiu o nosso Ferry em pleno funcionamento. Entre abril e dezembro de 2015, a procura do Ferry-Boat registou um aumento acentuado em ambos os sentidos, o que comprova a importância da aposta do Município neste meio de transporte. Nesse período, relativamente a 2013 (último ano de funcionamento do ferry), registou-se um aumento de 15.515 passageiros de



Assembleia Municipal de Caminha

Caminha para A Guarda e um aumento de 11.094 passageiros de A Guarda para Caminha.

Caros Deputados,

Agora fazemos mais, agora sabemos fazer melhor!

Não poderia terminar esta minha intervenção sem falar no Diálogo. Sem falar na cooperação entre a autarquia e as instituições; entre os munícipes e o executivo; entre os presidentes de junta e a Câmara.

Falo-vos da escolha pelos munícipes do próximo mercado municipal de Caminha, onde todos fomos chamados a participar e a escolher o que gostaríamos de ver realizado.

Falo-vos do orçamento participativo, num modelo único no país, onde os cidadãos escolheram o que queriam ver feito com o dinheiro dos seus impostos. Foi revigorante ver os nossos munícipes envolvidos diretamente num momento cívico, lutando para que as suas ideias fossem as mais votadas, ver o município envolto em política, no cativar do voto, no esgrimir de ideias e opiniões.

O Diálogo é quando nos abrimos às populações e fazemos o que elas realmente pretendem ver executado, sem grandes megalománias.

Sr. Presidente, o Partido Socialista congratula todo o executivo por este momento impar na vida do nosso concelho.

Mas o diálogo passa por ouvir as freguesias e os seus presidentes de Junta. Passa por atribuir as verbas necessárias para que estes possam executar os seus programas de atividade e desenvolver os seus territórios. Agora não se olha às cores partidárias das juntas. Agora trata-se toda a comunidade por igual. É com grande satisfação que vemos que o município de Caminha vai transferir para as freguesias em 2016 mais de meio milhão de euros.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

A política faz-se de escolhas. E a escolha deste executivo é gerir a coisa pública em benefício dos seus munícipes, em prol de um município mais justo e inclusivo.

Estamos certos que este é o caminho a seguir, que este é o caminho que traçamos para o nosso concelho;



Assembleia Municipal de Caminha

Mais Emprego, Mais Diálogo, Melhor Futuro.”

O **Senhor Presidente da Câmara**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, saudou todas as intervenções e de seguida saudou em particular o Senhor Deputado Carlos Mouteira, e também Provedor pelo facto de poder partilhar com ele a satisfação por se ter aqui em Caminha cinco séculos de história ligados a uma instituição que é mais que uma instituição, é um conjunto de mulheres e de homens que trabalharam ao longo de gerações para chegar onde se chegou hoje. O Senhor Presidente disse que teve a oportunidade de reunir com a Santa Casa da Misericórdia a propósito destas comemorações e acompanhou as comemorações dentro das suas possibilidades porque é de facto um marco histórico. Quinhentos anos não são quinhentos dias e está-se a falar de uma construção humana que tem muito a ver com o caminho que o Concelho de Caminha seguiu durante estes cinco séculos de história; o trabalho que já foi apresentado de recolha de dados a partir do trabalho arquivístico que foi também realizado, tudo aquilo que já foi planeado o programa que já é um programa conhecido de todos e é um programa que equilibra muito bem a sobriedade que se deve dar a este tipo de comemorações e com o ambiente festivo que também se quer, porque é um momento grande também para a Santa Casa da Misericórdia e para o concelho de Caminha que faz jus de facto aos anos que passaram e às instituições. Referiu o Senhor Presidente que como disse o Senhor Deputado todos nós de algum modo, os nossos familiares, aqui ou ali tocaram com a Santa Casa da Misericórdia, ou, porque tiveram lá os seus filhos, ou, porque trabalharam ou tiverem familiares que trabalham na Santa Casa, e disse que, em particular teve a sua avó, onde pôde passar os últimos anos de vida numa dialética também com uma instituição da Santa Casa da Misericórdia, com o lar de Vila Praia de Âncora, portanto, de algum modo todos nos sentimos um pouco Santa Casa da Misericórdia. Disse também o Senhor Presidente que queria saudar todos aqueles que trabalham na Santa Casa,



Assembleia Municipal de Caminha

todos aqueles que ao longo dos anos fizeram a Santa Casa e também acha que é a oportunidade de se aprender um pouco sobre o que é a história da Santa Casa; É também saber-se um pouco mais sobre Caminha, referindo que se recorda de um facto na apresentação da Doutora Sara Costa Pinto e que o chamou particularmente à atenção e tinha a ver com a especial ligação da Santa Casa da Misericórdia com o outro lado do rio, com a Galiza, e o modo em como a Santa Casa da Misericórdia era chamada a enterrar os mortos do outro lado como era obrigada pelo Bispado de Tuy para esse tipo de papel, referindo que se tem de aprofundar esta matéria até no âmbito de candidatura do Estuário do Minho a “Paisagem Cultural da Unesco”; Bem haja à Santa Casa. Pensa que vai ser um ano muito rico, que se vai ter a oportunidade de trabalhar em conjunto para se poder salientar o momento e de facto o ponto alto do nosso Concelho.

De seguida o Senhor Presidente saudou o Etnográfico de Vila Praia de Âncora que comemora quarenta anos agora em Março e comemora quarenta anos da melhor maneira que o Etnográfico tem para comemorar, certamente em festa no dia vinte e dois de Março, mas depois a dançar e a cantar nos projetos que aqui mesmo o Deputado Gaspar Pereira elencou; Disse que a Câmara Municipal tem sabido juntar-se ao Etnográfico como a outras instituições, na valorização daquilo que é a identidade do Concelho de Caminha, e, é assim que se vai continuar a trabalhar, valorizando essa identidade, conjugando o esforço para o futuro para se poder fazer mais e melhor que é esse o apanágio deste executivo. Disse o Senhor Presidente que os dois projetos como aqui elencou o Senhor Deputado, o projeto que já arrancou o ano passado do “Âncora Folk” e agora um novo projeto que se junta à Academia de Música Fernandes Fão, e que tem a certeza que poderá levar o Etnográfico de Vila Praia de Âncora, os cantares e as danças do Vale e da Serra d’Arga, não só aqui ao nosso Concelho como a outros Concelhos e até aqui ao lado, à Galiza. Tem-se esse projeto, tem-se esse trabalho feito, preparado para se iniciar e pensa que vai comemorar muito bem os seus quarenta anos.

Disse o Senhor Presidente que o Zé Augusto Meira é de facto uma grande figura de Vila Praia de Âncora, mas também é uma figura do Concelho de Caminha, era



Assembleia Municipal de Caminha

um visionário, era um homem que estava muito à frente do seu tempo e hoje tem-se o seu filho à frente do Etnográfico e talvez seja o momento para se poder encontrar uma forma de homenagearmos este homem que tanto fez pelo Etnográfico e que acompanha a própria história da cultura do Concelho e de Vila Praia de Âncora, em particular, haveremos de em conjunto encontrar essa forma de homenagem póstuma olhando sempre para o futuro que era como as ideias que ele até hoje trouxe e que de facto concretizou olhando de facto para o futuro.

Logo de seguida o Senhor Presidente saudou também os Senhores Presidentes de Junta e Senhoras Presidentes de Junta. Saúdo o Presidente de Junta de Âncora que é sempre bom ouvi-lo em todas as ocasiões, quando está no gabinete, quando está reivindicativo nas ruas da sua freguesia e quando está aqui também. Disse que compreende algumas das suas matérias que aqui deixou e compreende porque naturalmente quando se faz obra como a obra que bem salientou aqui Senhor Presidente de Junta, de facto quando se faz obra tem-se que atingir o território, e a obra que salientou no Adro da Capela de Santa Luzia, na Rua de Barreiros, na Rua da Boavista, na Igreja Paroquial é obra que a Câmara faz para servir a população, mas que cria alguns constrangimentos, logo, pensa o Senhor Presidente que se tem que saber melhorar a resposta a estas matérias e também saber encontrar fórmula de poder fazer isto mais rápido e de forma a incomodar menos a população, refere o Senhor Presidente que está disposto a encontrar essas soluções com o Senhor Presidente da Junta dentro dos condicionalismos que a Câmara tem quer em termos de pessoal quer em termos de capacidade de investimento saber-se-á encontrar essa matéria, referindo que não conhece a questão do Adro da Igreja Paroquial, mas que estará lá, infelizmente, este domingo e poderemos ter ocasião de perceber melhor a situação, de forma lateral e aí tentar encontrar soluções para resolver o problema, porque creio que é esse o âmbito da intervenção do Senhor Presidente da Junta que é resolver este problema e servir bem as populações.

Relativamente à Duna dos Caldeirões, disse o Senhor Presidente que o Senhor Presidente da Junta também colocou algumas questões e pensa que tem a ver



Assembleia Municipal de Caminha

com a utilização daquele caminho que vai da rotunda até à entrada do campo do Âncora Praia e disse o Senhor Presidente que aquilo que inicialmente estava previsto é que aquele acesso esteja condicionado à própria utilização do campo de futebol e que tem a ver com o facto de nos dias de jogos de futebol, os clubes e os jogadores e a equipa técnica tem que ter um acesso direto e não ficarem ali fora, portanto tem a ver com as questões de segurança, e não mais do que isso, mas imagino que me esteja a dizer que não é só isso que está a acontecer, logo, temos que cuidar dessa situação.

Quanto ao Orçamento Participativo se o Senhor Presidente me permitir eu depois englobarei um pouco a resposta aqui também ao Deputado Celestino Ribeiro e creio que também ficará com essa nota.

A Senhora Presidente Josefina Covinha como se vê pela intervenção que fez, não só está habilitada para ser como é uma excelente Presidente de Junta, mas é de facto uma boa oradora e uma mulher que tem estruturado um pensamento muito claro sobre aquilo que quer para a freguesia de Lanhelas. Elencou as obras que são da responsabilidade da Junta de Freguesia, as obras que são da responsabilidade da Câmara Municipal e as obras que são de responsabilidade comum. Disse o Senhor Presidente que quer partilhar aqui com a Senhora Presidente o modo como têm sabido trabalhar em conjunto e dá dois exemplos muito claros, como todas as intervenções que fizeram ao nível da pavimentação são sempre articuladas com a Câmara Municipal de modo a poder-se trabalhar no subsolo, na melhoria das redes de saneamento, das redes de águas ou de colocação de escoamento de águas fluviais e isso permite que se faça a obra de uma só vez e que permite que se resolva mais do que um problema e isso é demonstrativo e é uma forma diferente de se trabalhar. Mas, existe um outro bom exemplo é aquele que se fez e está prestes a inaugurar na beirada do rio, uma obra que qualifica toda aquela zona lindíssima de Lanhelas junto ao rio e que se fosse só pela aposta e pela capacidade de investimento ou pelo projeto propriamente dito que a Câmara tinha para aquele local refere o Senhor Presidente que aquela obra ficaria mais pobre, referindo ainda a forma inteligência que



Assembleia Municipal de Caminha

Lanhelas teve de perceber que poderia contribuir para que o projeto se possa enriquecer e contribuir financeiramente para servir melhor as populações; É de facto sublime do ponto de vista da articulação de esforço, por isso, não deixa de partilhar isto com a Senhora Presidente Junta de Freguesia e agradecer-lhe o facto de o ter tomado como um dos seus, e sabe que agora para onde quer que vá, virão muitos de Lanhelas atrás dele porque é assim que funciona Lanhelas muito unido, muito combativo, muito criativo quando tem que ser, mas também agradecido e que honra muito a sua terra.

Relativamente à intervenção do Deputado Hugo Martins disse o Senhor Presidente que ele foi ali dar conta do ponto da situação sobre aquilo que de facto aconteceu à um ano atrás, e referiu que à um ano atrás era anunciado o verdadeiro holocausto para a zona de Vila Praia de Âncora e para a zona da Sandia; Era anunciado o fim dos tempos, o último dos dias do Armagedão de toda aquela zona e afinal nada disso aconteceu, mas de facto aquilo que aconteceu é que se não houvesse vontade política e inteligência, verdadeiramente, havia hoje oitenta pessoas que não tinham aquele emprego, aquela zona continuaria abandonada, não se estaria de imediato a fazer uma obra importantíssima junto à rotunda da Cruz Velha que vai ajudar a melhorar o escoamento das águas que vem da A28, portanto, após um ano em que nenhuma destas desgraças aconteceram e ainda bem, hoje tem-se as superfícies comerciais todas a fazer o seu negócio e ganhar dinheiro, a fazê-lo de forma normal. Disse ainda o Senhor Presidente que este tema está quase a concluir-se porque mesmo aqueles que o combateram ferozmente na expectativa de poder encontrar ali uma forma de ganhar um voto, hoje naturalmente reconhecem e recuam e este já não é um tema de debate, referindo que apenas, é um tema de debate, pelo seguinte, porque, um cidadão de Vila Praia de Âncora intentou uma ação contra a Câmara Municipal de Caminha e o Ministério Público da Economia para poder contestar o licenciamento que ali ocorreu e essa matéria é uma matéria que está na disponibilidade de cada um dos cidadãos o pode fazer e que tem naturalmente os seus custos. Referindo o Senhor Presidente que a Câmara Municipal está em tribunal, o Ministério da Economia está em tribunal e



Assembleia Municipal de Caminha

está-se a discutir aquele licenciamento, já houve a oportunidade de ter a pronuncia do Ministério Público acerca daquela matéria que diz basicamente que o cidadão preocupado não tem nenhuma razão sobre nenhum dos temas que alegou e aquilo que vai aparecendo também da comunicação social sobre os milionários contratos com advogados da Câmara Municipal em primeiro lugar porque a Câmara é obrigada a apresentar-se em juízo com um advogado e os tais setenta mil euros ou oitenta mil euros ou 60 mil euros que se está a gastar para dizer o que é verdade que é para não deixarmos a mentira, mas, na verdade o que se gastou até agora e é o que vamos gastar, foram dois mil euros, e esta é uma enorme diferença para aquilo que se diz por aí, é extraordinário como se mente com esta facilidade.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse o Senhor Presidente que fez uma intervenção interessante, mas fez uma intervenção na qual não tem razão. Referindo em primeiro lugar que não tem razão na questão quanto à falta de estratégia ou da falta de identidade e nisso queria sublinhou o que falou a propósito de Vila Praia em Flôr. O Vila Praia em Flôr é um evento, que tem a sua importância pelo impacto direto que tem pelo seu dinamismo pelo aquilo que cria, está completamente à vontade nesta matéria porque era um evento que existia antes de chegar este executivo e tentaram-no qualificar e melhorar. Fizeram este esforço e é absolutamente reconhecido hoje. Conseguiram fazer de um evento que acontecia sobretudo na Praça da República através da exposição de flores em plástico e agora com flores naturais que hoje não só valorizam a Praça da República, mas valorizam toda a Rua 5 de Outubro, valorizam Avenida junto à praia, e não valorizam só naqueles dias, valorizam-no porque embelezam até o Verão alto e isso é que é muito importante porque tem a ver com a ocupação do espaço público. Disse ainda o Senhor Presidente que permita discordar sobre a tradição das Maias porque essa tradição tem de facto a sua raiz e o seu valor. E é bonito ver como um conjunto de cidadãos se une e trabalha meses a fio para conseguir de facto estruturar esta festa muitas vezes até com uma presença mais intermitente da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, apesar da presença do Senhor Presidente da Junta já durante estes



Assembleia Municipal de Caminha

meses de Inverno. E a verdade é que são estes cidadãos que agarram este momento com o seu momento, logo, o nosso dever é encontrar as soluções para uma festa que hoje tem um impacto muito importante quer na restauração quer na hotelaria, e o impacto está ligado à nossa tradição das Maias, mas, se se quiser também das giestas, de colocarmos a nossa defesa e proteção contra os maus espíritos no dia 1 de Maio. Refere o Senhor Presidente que o executivo está a fazer um bom trabalho e esta abertura a novas formas de aproveitamento do espaço, de valorização daqueles dias, o papel das instituições que hoje também têm um aproveitamento de toda aquela matéria, tem reunido Vila Praia de Âncora em torno daquele projeto, que é um projeto, já da vila e é um projeto que tem pernas para continuar.

Relativamente às Viagens à Terra Nova e sobre a valorização da pesca do bacalhau, disse o Senhor Presidente que o Senhor Deputado também não terá razão nenhuma. E disse que este executivo preocupou-se muito com esta matéria e criou este evento não pelo evento em si porque o evento em si não tem as características dos outros eventos, como tem a mesa da Páscoa ou do Vila Praia em Flôr, tem uma característica diferente e o que se fez foi iniciar uma caminhada, que se tem feito na valorização dos homens que estiveram na pesca do bacalhau, na valorização das mulheres, das famílias, das crianças que cá ficaram à espera desses homens, daquilo que aconteceu e daquilo que tem que ser transportado para os dias de hoje. E o executivo sentiu que estava verdadeiramente esquecido um pouco esquecido esta tradição e esta matéria, e o que se foi fazendo é já de relevo, já se tem dezenas de testemunhos que foram recolhendo ao longo de muitos meses de trabalho, testemunhos que se perdem pela própria idade de cada uma das pessoas, aliás recolheu-se testemunhos gravados de pessoas que já faleceram e que felizmente se poderão guardar e a celeridade que imprimimos a esta matéria. Existe a recolha dos rostos da pesca do bacalhau, que de facto teve um grande impacto nas famílias em Vila Praia de Âncora. Conseguiu-se reunir e falar desta matéria e pelo menos fazer com que esses jovens que não sabem a tradição, que não sabem aquilo que é a ligação ao mar, perguntassem o que era



Assembleia Municipal de Caminha

aquilo, se interrogassem e perguntassem aos mais velhos. Referiu ainda o Senhor Presidente que está em preparação um livro que vai ser apresentado já este ano e apoiam a realização de um filme, que é um filme que valoriza o testemunho dos nossos pescadores que estiveram na pesca do bacalhau sobretudo pescadores da Povia de Varzim e de Vila Praia de Âncora. É um filme que teve ocasião de ser apresentado numa homenagem ao pescador falecido e enterrado em Saint Jones na Terra Nova e é um filme que tem como atores principais o Abel Coentrão que é jornalista do Público, e o Celestino Ribeiro, pai do Senhor Deputado que também vai ser uma das grandes figuras desse filme e vai ter o apoio financeiro da Câmara de Caminha. Por isso, o executivo está a fazer um trabalho com a confiança de poder nesta próxima vez que tivermos as viagens à Terra Nova até fazer a estreia mundial deste filme que tem já nome, que se chama "Special". "Special" porque, eram aqueles pescadores que tinham melhor resultado na pesca do bacalhau. Portanto, o executivo tem feito essa valorização e disse o Senhor Presidente, até em defesa do anterior executivo, que quando fala da incapacidade dos executivos de tentarem transportar para a sua ação política uma falta de estratégia na ligação ao mar, não pode concordar, porque quando o anterior executivo criou por exemplo festas como a Festa do Mar e da Sardinha, quando apoiou a requalificação de toda a zona ribeirinha, a zona marítima de Vila Praia de Âncora, o que está a fazer, a valorização do mar e da sardinha, a valorização do robalo, da pesca da lampreia, da gastronomia, a valorização do espaço público junto do Portinho isso tem a ver com uma aposta séria no mar. Este executivo com aquilo que fez em criar melhores condições para os pescadores de Caminha, de ter um novo mercado aqui em Caminha, de poder encontrar soluções por exemplo para os problemas que existiam para os pescadores, de levar os nossos jovens ao mar, e começar a levá-los ao mar naquilo que é os interesses deles, na prancha de surf, para poderem fazer remo, para incentivar os meninos das nossas escolas a fazerem remo, de irem para o rio e de irem para o mar, isto é criar uma ligação estratégica ao mar. Todos juntos temos que levar os nossos jovens ao mar, portanto Senhor Deputado pode-se não ter uma estratégia que o Senhor Deputado entende ou defende para



Assembleia Municipal de Caminha

esta matéria, mas existe uma estratégia que aliás se tem tentado impor cada um ao seu estilo e ao seu ritmo e dentro das suas capacidades e por isso, refere ainda o Senhor Presidente que sobre esta matéria não terá razão o Senhor Deputado.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Rui Taxa, disse que o pedido de esclarecimento feito à assembleia, relativamente aos números do ferry, refere o Senhor Presidente que o Senhor Deputado está ali e aliás o PSD tem feito isso, está à procura do desmentido do sucesso do ferry e daquilo que acontece com o ferry, mas, como disse o Deputado Rui Lages, 61.764,00 bilhetes foram vendidos de Caminha para a Guarda e 53.173,00 bilhetes foram vendidos da Guarda para Caminha, portanto, está a correr bem, mas não está a correr como queríamos, ainda queremos que corra melhor, a exigência é sempre maior, queremos que possa vir mais gente aqui em Caminha, valorizar mais o ferry e valorizar a nossa comunidade através do ferry. Disse ainda o Senhor Presidente que como já tinha dito à pouco, antes de este executivo chegar não havia maneira de se saber quantos bilhetes tinham efetivamente sido vendidos e quanto dinheiro efetivamente tinha sido recolhido, não existia controlo sobre essa matéria, não era possível provar isso, agora, é possível provar no minuto em que é pedido, o sistema informático diz quantos bilhetes são vendidos, quanto dinheiro existe, esse dinheiro entra na tesouraria e esta é uma diferença descomunal para aquilo que acontecia no passado.

Relativamente às preocupações que o Senhor Deputado tem com os nossos despachos de nomeação de cargos dirigente, disse o Senhor Presidente para deixar essas preocupações para quem tem de facto de cuidar dos seus recursos humanos e de resolver os seus problemas, os procedimentos estão em curso, a lei está e ser cumprida, não se preocupe, e se isso tem a ver com alguma preocupação que o Senhor Deputado tem, na esperança de que possa vir a ganhar as próximas eleições e de ter que levar com estes dirigentes que têm depois mais uma comissão de serviço durante três anos, não se preocupe, que não vai ganhar as próximas eleições, logo, sobre essa matéria não tem que ficar preocupado.



Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente, à censura do Concelho de Caminha, disse o Senhor Presidente que esta é uma matéria que tem alguma graça ouvir vindo da parte do PSD. E recorda o Senhor Presidente que se cantou no terreiro no dia da vitória do Partido Socialista, cantou-se Grândola Vila Morena e cantou-se por alguma razão, cantou-se de facto porque terminou o período de asfixia democrática que existia. Disse ainda o Senhor Presidente que se alguém censurou nos últimos 40 anos um órgão de comunicação social, sejamos claros, foi o último executivo do PSD, que cortou o acesso de funcionários da Câmara a poderem ter acesso de jornais digitais, de que algum modo discordava do executivo do PSD, portanto, sobre essa matéria estamos completamente tranquilos e à vontade, é um novo tempo e o Senhor Deputado já é hora de se habituar a este novo tempo de abertura, novo tempo de diálogo.

Por fim o Senhor Presidente disse relativamente ao regimento e à crítica que se ouviu em relação a ele, e a tentativa de explicar às pessoas lá em casa, porque não nos conseguimos explicar bem as coisas e perdemos os debates todos porque não nos dão tempo, é porque o regimento não nos favorece, refere o Senhor Presidente que o regimento foi aprovado por unanimidade, não por maioria, foi pela unanimidade desta assembleia, foram vossas excelências que escolheram as regras para este debate, e aquilo que explicou aqui sobre o que não tem, também deve explicar o que tem hoje. É que hoje pode não só falar para os deputados nem para as pessoas que estão aqui, mas também podem falar lá para casa, para todos os eleitores que o quiserem acompanhar e pode dizer-lo, sabe porquê? Porque foi este executivo que permitiu que estivessem aqui a filmar e a levar isto lá para casa, portanto, graças a este executivo, e não precisa de agradecer, tem a capacidade de explicar melhor lá para casa quais são as suas posições e as suas teorias. Disse o Senhor Presidente que espera ter respondido a todas as questões e também ter contribuído para um clima que está hoje claramente mais suave, mais calmo e até mais saudável para o debate político.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a intervenção do Senhor Presidente da Câmara é muito agradável de se ouvir, mas, não poderia deixar de estar em desacordo com ela, pois, conseguiu manipular muito bem a consciência daqueles que nos ouvem, porque, aquilo que aqui referi foi identidade e não eventos e o Senhor continua a falar de eventos e não conseguiu descolar dos eventos e tudo aquilo que disse foi para anunciar que vamos ter mais eventos dentro dos próprios eventos, nomeadamente aqueles que envolvem os meus familiares próximos, não deixo de ficar muito agradecido e satisfeito, por de facto conseguir criar este novo evento dentro daquele que já estava criado, sabe-se que o evento será melhorado e maior, mas continua-se exatamente com o mesmo problema. Disse o Senhor Deputado que não se pode gritar aos quatro ventos que temos uma terra de mar, que estamos vocacionados para o mar e não temos comércio, e indústria que valorize as atividades do mar, e também não se pode dizer aquelas pessoas que se dedicam com muita vontade a fazer uma determinada atividade, que isso passa a constituir a identidade de um povo. Disse ainda o Senhor deputado que respeita muito todas aquelas pessoas que se dedicam a fazer o Vila Praia em Flor, conhece-as pessoalmente, reconhece o papel que as pessoas têm, mas na verdade essa não é a nossa identidade, não quer dizer que não possa vir a ser, que não se possa vir a trabalhar bastante para se construir uma identidade, ou seja, aquilo que disse foi que não temos essa identidade em termos de utilização dessa memória que se está a querer estimular, que se deve continuar a estimular, porque os eventos são ótimos para aquele momento, mas, falta é o resto.

Por fim o Senhor Deputado disse a CDU conseguiu fazer historia ali porque com a provocação que lhe fizemos, o Senhor Presidente posicionou-se lindamente ao lado do PSD.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que apesar da divergência que tem com o Senhor Deputado Joaquim Celestino, tem sempre a capacidade de expor muito bem os seus pontos de vista. Disse ainda o Senhor Presidente que durante muito



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

tempo não se ouviu falar no Concelho de Caminha, e não tem a ver apenas com o executivo que estava, mas também tem a ver com a oposição que estava, como é o caso da CDU, não se ouviu falar sobre a necessidade de se homenagear estes homens que andaram nos mares gélidos da Terra Nova e outros, e este executivo teve essa virtude Senhor Deputado, de iniciar este processo e de hoje se estar a debater esta temática, e esta temática tem muito a ver com a identidade de Vila Praia de Âncora, que foi marcada por aquilo que aconteceu a propósito de estas deslocações e destes momentos, porém, este executivo está sempre disponível para tentar perceber e melhorar cada uma das ações políticas para se poder valorizar aquilo que é nosso.

Disse ainda o Senhor Presidente relativamente ao Orçamento Participativo, e aquilo que lhe parece é que exista alguma inveja, e agora Senhor Deputado que o PS e a CDU encontraram alguns pontos de encontro na Assembleia da República, tem que permitir encontrar aqui e ali pontos de encontro com o PSD nesta matéria, portanto, não é justo que se diga que durante este tempo não foi possível articular uma posição estratégica comum. Disse ainda o Senhor Presidente quanto ao Orçamento Participativo, que este é mais um processo deste executivo poder abrir um canal de comunicação entre a cidadania e a Câmara Municipal, não vem resolver todos os problemas nem afasta as outras formas de decisão, continuam fincadas nesta assembleia ou através da Câmara Municipal, e por isso em jeito de brincadeira, numa inveja pequenina pensa o Senhor Presidente que o Senhor Deputado, tem um problema com o Orçamento Participativo de Caminha é que votaram 2122 pessoas que são só mais 1680 pessoas do que aquelas que votaram na CDU, e esse talvez seja o problema do Senhor Deputado nesta matéria.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, fez um pequeno intervalo para se passar à ordem do dia.

3.º – PERÍODO DA ORDEM DO DIA



Assembleia Municipal de Caminha

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha e restantes Membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, os Senhores(as) Vereadores, os Senhores(as) Deputados da Assembleia Municipal, os Senhores(as) Presidentes, de Juntas de Freguesias, o Público presentes, e Órgãos de Comunicação Social, e disse o seguinte:

“Face aos resultados que aqui apresentamos, da responsabilidade do executivo camarário, fica demonstrado que a atual situação financeira do município, à data de 10 de fevereiro de 2015, é preocupante.

Os 39.655,06€ que a Câmara tem disponíveis, em dotações orçamentais, suscita à bancada do Partido Social Democrata dúvidas, quanto à viabilidade de poder honrar os compromissos futuros.

Perante este cenário preocupante, é fácil concluir que a Câmara não tem condições de pagar as faturas aos fornecedores, como alias aconteceu em 2014 e 2015 com o atraso à Suma, à empresa das Aguas, à Valorminho e até das rendas da piscina!

Isto sem falar de outros fornecedores ou de outros compromissos que sabemos não estar a cumprir.

Não temos dúvidas nenhuma que a situação financeira do município se agrava a cada dia que passa pondo em causa até o pagamento de vencimentos de todos os colaboradores da Câmara Municipal de Caminha.

É pratica corrente, V.Exa. passar a mensagem aos munícipes que o estado financeiro caótico a que chegou o Município de Caminha, é da responsabilidade do executivo anterior e até dizia que não tinha dinheiro para um prego quando tinha em bancos, em 31.12.2013, cerca de 1,6 milhões!

E agora, senhor Presidente, tem dinheiro para um prego?



Assembleia Municipal de Caminha

É voz corrente que o Município está a recorrer ao crédito bancário conhecido como factoring como forma de pagar aos fornecedores. Todos sabemos que essa forma de pagar pode escapar ao controlo do endividamento por parte do tribunal de contas, mas é preciso ter muito cuidado quando se descontrola a despesa e a receita não aumenta porque o pior vem depois!

Os deputados do Partido Social Democrata, entendem que esta Assembleia Municipal de Caminha, como órgão fiscalizador, merece ser esclarecida por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha. Por isso, e com toda a frontalidade e seriedade, pedimos que nos informe se o município está a pagar os compromissos à SUMA, à Empresa fornecedora da Água, à ValorMinho e à Caminhaequi uma vez que todos sabemos que só a estas entidades e em dois anos, a sua gestão acumulou cerca de 4,5 milhões de euros!

É bom que se recorde....na sua gestão!

Para terminar, dizer-vos que não é só a bancada do Partido Social Democrata a afirmar que a atual situação financeira do município é preocupante, são também técnicos da DFA, nos pareceres que emitem, e Cito, "a Câmara não dispõe de liquidez necessária e vê-se confrontado com constrangimentos financeiros de várias ordens".

Muito Obrigado."

O Senhor Deputado Rui Taxa, deu início à sua intervenção e disse o seguinte:

"Sr. Presidente, a informação financeira que nos forneceu e que o meu caro colega de bancada já referiu, os cerca de 40.000 euros de disponibilidades correspondem ao dinheiro que V.Exa. tem para gerir o município neste momento;

Trouxe-me à memória o valor que V.Exa. gastou em mais uma assessoria de comunicação com a empresa MIT - Make It Happen, mesmo tendo um Gabinete de Comunicação que se soma à assessoria que já tinha contratado logo no início do mandato com a empresa Dignidade;

E agora perguntam: o que terá isto a ver?



Assembleia Municipal de Caminha

Sr. Presidente, tem tudo! Na verdade, se o Sr. Presidente apresentasse contas equilibradas e uma boa situação financeira até poderíamos discutir que gastasse dinheiro no que é acessório;

Mas, infelizmente, a verdade é que essa não é a realidade do município de Caminha;

Se já era estranho uma assessoria tão cara, sem a presença visível de nenhum assessor e tanta resistência para explicar em que consistiu esse trabalho de assessoria e entregar um relatório;

Mais nos choca que V.Exa. gaste dinheiro no acessório em detrimento do que é indispensável e na tentativa de justificar esse trabalho apresente um relatório que evidencia que esta prestação de serviços paga com dinheiro público serviu, e passo a citar:

"o trabalho desenvolvido privilegiou o contacto direto (...) do presidente aos jornalistas permitindo assim a sua participação em programas de grande audiência."

"através do aumento da notoriedade (...) da imagem do Presidente."

"a estratégia desenvolvida pela MIT permitiu gerar uma credibilidade pública que conduziu à presença do presidente da CMC como comentador regular do Jornal2 "

Estas afirmações ilustram bem que esta assessoria visou a promoção da sua imagem para o exterior, não para promover a autarquia ou o concelho de Caminha, mas para promover a sua imagem enquanto comentador de política nacional."

O **Senhor Deputado Rui Lages**, disse que este ponto que se está a tratar é sempre muito sensível ao PSD, porque, nunca há dinheiro, que tudo está arruinado, que não se vai pagar aos funcionários da Câmara Municipal e tem-se vindo a ouvir isto consecutivamente há várias Assembleias Municipais, mas na verdade, os funcionários ainda não se vieram aqui queixar de não terem o vencimento pago a tempo e horas. Disse ainda o Senhor deputado Rui Lages que a intervenção do Senhor deputado Rui Taxa não pode ali passar despercebida, no tocante a propaganda que ali afirmou, porque propaganda Senhor Presidente foi o



Assembleia Municipal de Caminha

que se fez em 2013, pela anterior Câmara Municipal de Caminha, com uma revista que aqui possuo, uma revista que foi difundida gratuitamente a todos os munícipes de Caminha, pois tratava-se da revista da Câmara Municipal de Caminha n.º18 de setembro de 2013, ora veja-se, setembro de 2013 não foi época eleitoral! Recorda o Senhor deputado Rui Lages que em setembro de 2013 houve eleições autárquicas, e na época a Comissão Nacional de Eleições foi chamada a pronunciar-se sobre esta revista, que provavelmente para o Senhor Deputado Rui Taxa seria apenas informativa, mas para a Comissão Nacional de Eleições não seria apenas informativa, referindo o Senhor Deputado Rui Lages que possui a ata da Comissão Nacional de Eleições, a qual diz que “a comissão tomou conhecimento das participações em apreço, cujas cópias se encontram em anexo, tendo deliberado por unanimidade dos membros presentes o seguinte: considerando que da análise dos elementos constantes da participação e da visualização da edição da revista municipal em causa, se constata que as mesmas contem matéria programática relativamente ao período 2014/2020 o que suscetível de configurar propaganda, notifique-se a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Caminha, para que ordene suspensão da distribuição da referida publicação até final do processo eleitoral e a retirada dessa edição do sitio oficial da Câmara Municipal de Caminha na internet”, isto foi pago com o dinheiro de todos os munícipes, o editorial é assinado pela Dr.ª Júlia Paula Costa, coordenação, Gabinete de Comunicação, propriedade, Município de Caminha, mais uma vez refere o Senhor Deputado que pagamos propaganda ao anterior executivo.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, em defesa da honra, disse que lamenta profundamente a intervenção do Senhor Deputado Rui Lages, porque não se está a falar da gestão do anterior executivo, mas sim, da gestão do atual executivo da Câmara. Refere ainda a Senhora Deputada que aquela revista revela 11 anos de trabalho e dedicação à frente deste executivo. Onze anos de história, que marcam o fim de três mandatos, de três vitórias que a orgulham muito e lhe deram a honra de trabalhar em prol desta população. Disse ainda a Senhora Deputada que revela



Assembleia Municipal de Caminha

obra feita, revela um marco, uma história do Concelho de Caminha que para o bem e para o mal, e que felizmente com muito orgulho releva o trabalho que executou em prol da população, juntamente com todo o executivo que a acompanhou, com todos os Presidentes de Junta e com todos os funcionários do Município.

Refere a Senhora Deputada que essa revista foi produzida pelo gabinete de comunicação da Câmara Municipal, com técnicos da Câmara Municipal, pagos naturalmente como todos os técnicos e todos os funcionários que trabalham para o atual executivo. Deu nota tal de que é o atual gabinete de comunicação faz uso muitas vezes do site municipal, para dar resposta a comunicados políticos ou para fazer outro tipo de intervenções que nada tem de informação municipal. Esclarece, portanto, o Senhor Deputado Rui Lages que não só esta é uma situação concreta que revela uma opção concreta do atual executivo, que tem e deve de ser apreciada, como acrescenta que os deputados eleitos têm todo o direito em colocar questões, tem todo o direito de fazer a sua análise, tem todo o direito de analisar os relatórios que lhes são entregues em sede de reunião de Câmara. Finalmente agradece a Senhora Deputada a oportunidade e a referência e propaganda que a intervenção do Senhor Deputado permitiu fazer ao seu trabalho de 11 anos, e à revista que o traduziu e tanto a orgulhou e com ela cunha um marco da sua história no Concelho de Caminha, do trabalho que desenvolveram em prol do Concelho de Caminha e de todos os caminhenses.

O Senhor Deputado Rui Lages, solicitou um esclarecimento, relativamente à intervenção da Senhora Deputada Júlia Paula e disse que aquela revista revelava os 11 anos de mandato autárquico, não só revela provavelmente esses 11 anos de mandato, mas também, tudo aquilo que ela gostaria de ter feito e que não conseguiu fazer, e foi por isso que a Comissão Nacional de Eleições, veio solicitar que esta revista fosse retirada da praça pública, exemplificando o Senhor Deputado com a última página da revista, referente a um projeto Polis, e que se saiba, nada se fez.



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse que o Senhor Deputado Rui Lages fez esta ultima intervenção a solicitar um esclarecimento à Deputada Júlia Paula e depois invocou uma revista que tanto a orgulha para lhe fazer uma pergunta, pelo que, a Senhora Deputada solicita poder prestar o esclarecimento que o Senhor Deputado solicita. Esclarece a Senhora Deputada que é um orgulho muito grande uma autarca chegar ao fim do seu percurso e poder dizer aquilo que fez, e dizer também aquilo que gostaria de ter feito, e que não conseguiu fazer, mas que já estava em projeto. E sabe porquê? Porque havia limitação de mandatos, e não pôde concluir todas as obras que pretendia ainda fazer!

O **Senhor Presidente da Câmara**, para aqueles Senhores Deputados que o interpelaram, colocando algumas questões sobre a situação financeira da Câmara, disse que, vendo que aceitam de bom grado o trabalho que tem vindo ser feito e que consta desta informação, um trabalho que honra a Câmara, honra as Juntas de Freguesia e todos aqueles que tem de facto pugnado pelo Concelho. Disse o Senhor Presidente que como todos sabem a Câmara tem uma situação financeira muito delicada, e por várias vezes já tem perguntado ao PSD para dizerem exatamente aonde este executivo fez a obra, fez a avença milionária, que torna de facto a situação financeira da Câmara delicada. Disse ainda o Senhor Presidente que a situação financeira da Câmara obriga a um exercício muito forte de contenção, e de inteligência sobre os investimentos que se vão fazer. As Juntas de Freguesia sabem isso, como as Instituições o sabem e os funcionários da Câmara também o sabem. Disse o Senhor Presidente que se fala nas disponibilidades financeiras, ao referir que a 10 fevereiro, havia 39 600€ de dotação orçamental, portanto é essa a informação que consta daquela informação, mas, esta dotação orçamental é um valor que está em contante mutação, porque entra e sai dinheiro, e para se ter uma ideia, à data do envio da informação financeira estava em dotação orçamental 39 600€, hoje estão 245 000€ nesta dotação orçamental. Referiu o Senhor Presidente que se lhe perguntam, se gostava que a Câmara tivesse mais nesta rubrica, a resposta, seria, que gostava que tivesse lá muito



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized 'P' and a smaller signature to its right.

Assembleia Municipal de Caminha

mais, e para isso seria necessário que houvesse mais receita, como por exemplo, aquelas que tem a obrigação legal de cumprir a sentença de pagar 48 000€ pela indemnização da ACIVAC, o pagassem, isso seria importante, porque era mais esse valor para a disponibilização orçamental. Disse ainda o Senhor Presidente que se fala muito sobre a despesa, e vejam só, ainda não foram apresentadas as contas de exercício de 2015, e já está dada a receita sobre as contas de 2015. Disse o Senhor Presidente que existem duas coisas que se podem fazer sobre as contas de 2015, mas, isso, só é possível após se fecharem as contas, e aquilo que se sabe, é que, teve-se uma taxa de execução orçamental muito alta de 87%, e isso não acontecia desde 2002, e sabe-se hoje, também, que se gastou menos do que a câmara gastou em 2010, 2011, 2012 e 2013. Em 2015 gastou-se menos 3 milhões de euros do que em 2013. Disse ainda o Senhor Presidente que esta matéria não tem só a ver com a despesa, mas também com a receita, porque existe menos dinheiro e por sua vez menos receita e a Câmara não contrai empréstimos para deixar a outros para pagar, isso já acabou, apesar dos sorrisos que são libertados. Disse ainda o Senhor Presidente que a receita que a Câmara recebeu durante este ano é inferior a 2.2 milhões de euros do que aquela que recebeu em 2010 e 2011, inferior a 1.7 milhões de euros do que aquela que recebeu em 2012 e inferior a 4 milhões do que aquela que recebeu em 2013, e o executivo tem que fazer como as famílias, governar-se com a receita que tem.

Relativamente a acusações de despesismo, disse o Senhor Presidente que não recebe lições da bancada do PSD, e as opções que o executivo faz estão todas elencadas e explicadas, e relativamente a avenças o executivo está mesmo à vontade, referindo dois exemplos; quando tomaram posse havia duas avenças, sendo uma delas para acompanhamento do PDM que se fazia pagar por 38 mil euros ano, mas, agora já não se tem essa avença, tem-se uma contratação de um técnico que por 6 mil euros ano, faz um trabalho exemplar juntamente com os técnicos da Câmara Municipal. Disse ainda o Senhor Presidente que existiam também duas avenças para acompanhamento dos processos judiciais, as quais se



Assembleia Municipal de Caminha

pagavam quatro vezes mais do que hoje se paga a advogados, portanto, sobre esta matéria o executivo está completamente à vontade.

Quanta às dificuldades que existem para pagamento de faturas e outros disse o Senhor Presidente que as contas de exercício de 2011, terminaram com um prejuízo de 4 milhões 490 mil euros, as de 2013 terminaram com um prejuízo de 4 milhões e 900 mil euros, e a dívida de curto prazo de 2009 era de 7 milhões de euros, a de 2010 de 9 milhões de euros, e vem agora dar lições, aqueles que estão a tentar resolver o problema, também será culpa deste executivo, portanto, existe uma situação de desequilíbrio muito grande que obriga a uma contenção, e isso obriga a que haja muito controlo entre a despesa e a receita, sem afetar as Juntas de Freguesia, a dinâmica do comércio local, a animação que é necessária, a atividade cultural, o apoio as Instituições, e isso, o executivo vai continuar a apoiar. Disse por fim o Senhor Presidente que se a despesa mesmo assim se não descer, como executivo pretende, desafia o PSD a apresentar propostas relativamente a eventos a associações que não se deve apoiar ou obras que não se devem fazer, porque, a crítica não é essa, é sempre sobre aquilo que não se faz, mas sobre aquilo do que se deixou de fazer.

b) – Aprovação da Ata da Sessão ordinária de 11 de dezembro 2015

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 11 de dezembro**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez umas pequenas retificações à ata, as quais foram tomadas em consideração.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 29 votos a favor, 0 votos contra e 6 abstenções por não terem estado presentes.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

c) – Protocolo entre a Câmara Municipal de Caminha e a EDP Gás Distribuição

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de fevereiro de dois mil e dezasseis, relativa ao **“Protocolo entre a Câmara Municipal de Caminha e a EDP Gás Distribuição”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o protocolo entre o “Câmara Municipal de Caminha e a EDP Gás Distribuição”.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse o seguinte:

“Sr. Presidente Dr. Miguel Alves, mais uma vez, venho demonstrar o meu descontentamento por, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, não ter sido convidado a estar presente na reunião ou nas reuniões que foram levadas a cabo entre o Município de Caminha e a EDP Gás



Assembleia Municipal de Caminha

Distribuição. Com os conhecimentos adquiridos como Presidente de Junta aliados à minha experiência profissional, adquirida ao longo dos 35 anos ao serviço deste Município, poderia ter dado um contributo, ideias construtivas, de forma a evitar os constrangimentos que se estão a dar e que complicam a vida dos Ancorenses e daqueles que nos visitam.

Sr. Presidente, temos conhecimento da importância que esta infra-estrutura tem para o desenvolvimento e modernização da nossa freguesia e para a melhoria de vida de muitos Ancorenses, mas também temos que reconhecer que esta irá ser uma fonte de rendimentos muito substancial para a empresa em questão.

As obras que estão a levar a cabo estão a causar muitos transtornos à população e uma total destruição dos nossos passeios e pavimentos.

Temos conhecimento que as referidas infra-estruturas para a distribuição do Gás Natural irão passar em ruas que foram sujeitas a várias requalificações, principalmente a nível de passeios e pavimentos novos, que dão à nossa vila sinais de grande qualidade a nível de vias rodoviárias, zonas pedonais e zona de lazer.

Estamos preocupados porque vimos o estado em que está a ficar a nossa vila, completamente esquartejada. Nos dias de chuva os buracos no piso aparecem constantemente, tornando-se um perigo para os automobilistas.

Algumas valas já foram tapadas e, como era de esperar, já há sinais de que esses trabalhos não foram efetuados nas melhores condições, tanto no que diz respeito à parte técnica como no que diz respeito aos materiais utilizados.

O mais preocupante é que estas obras são apenas da colocação da principal conduta, depois ainda realizarão trabalhos para a ligação de ramais às habitações sendo para isso necessário esquartejar ainda mais o piso e os passeios.

As reclamações que nos têm dirigido, e algumas delas muito duras, apontam a Junta de Freguesia como responsável pela fiscalização destes trabalhos.

Sr. Presidente, não tendo a Junta sido envolvida nestas negociações, nem tendo qualquer poder de fiscalização, questiono se estas obras estão a ser seguidas por algum técnico do Município?



Assembleia Municipal de Caminha

Há algum técnico responsável para avaliar se os trabalhos de reposição de valas e passeios estão a ser ou vão ser devidamente efetuados?

Há algum técnico responsável para verificar as diversas reclamações dos munícipes sobre estas obras?

Será que vamos ter problemas como o que está a acontecer na entrada para o Continente que tem uma grande cedência do piso tornando-se um verdadeiro perigo, principalmente nos dias de chuva, quer para os automobilistas quer para os peões?

Onde está a igualdade de critérios sobre os remendos de pavimento?

A empresa Infra-estruturas de Portugal obriga a repavimentação de uma faixa de rodagem completa quando acontecem valas longitudinais e 5 metros para cada lado quando acontecem valas transversais às faixas de rodagem.

Será que os nossos munícipes não são merecedores dos mesmos critérios?

Sr. Presidente face à forma como os trabalhos estão a ser executados e face aos atrasos sucessivos na repavimentação das valas e travessias, dos quais advém inúmeras reclamações, e sendo eu consciente que as valas tem que ter tempo de abatimento, conheço empresas que após a abertura de valas fazem uma pré pavimentação com tapete a frio e posteriormente colocam o betuminoso final.

Sr. Presidente pelo meu descontentamento e pelo descontentamento de inúmeros Ancorenses vou abster-me desta votação.

Muito Obrigado.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, António Brás, deu início à sua intervenção e disse que:

“Não conhecendo este protocolo congratular-me-ei com a certeza de que o Sr. Presidente da Câmara teve a preocupação de negociar com a EDP GÁS medidas que possam ser mais valia para as freguesias que são atravessadas por esta infraestrutura.

Teci no passado críticas ao anterior executivo, por ter autorizado a Águas do Noroeste (esta na qualidade de empresa gestora de lucros, tal como acontece



Assembleia Municipal de Caminha

agora com a EDP Gás) a instalar um condutor de abastecimento de água sem reivindicar qualquer melhoramento para a minha freguesia, mas mais, sem qualquer informação à Junta, que confrontada com o arranque da obra como um facto consumado ainda conseguiu negociar sozinha a transformação de uma rua de terra batida e intransitável para um pavimento aligeirado em betuminoso tornando-a transitável.

Anteriormente tive ocasião de pedir a intervenção do Sr. Presidente da Câmara por achar que esta é uma oportunidade soberana, para no mínimo se pavimentar a Rua do Calvário que apresenta uma imagem do terceiro Mundo, tenho a certeza que o Senhor Presidente da Câmara soube negociar este protocolo de acordo com o meu pedido que representa um anseio dos Ancorenses e com toda a legitimidade”.

O **Senhor Deputado Vítor Brás**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Municípes e a Comunicação Social, e disse que lhe foi entregue uma folha da JS o que lhe fez recordar um slogan no momento de quando foi dirigente e esse slogan dizia “Caminha, caminhar para o desenvolvimento”, portanto, teve também a ideia de sugerir à Presidente da JS um novo slogan “Desenvolvimento em andamento” e de seguida leu que:

“A Bancada do Partido Socialista congratula-se com mais uma captação feita por este executivo no que diz respeito a investimento no Concelho!

Desta vez, com investimento numa obra de grande impacto para o Concelho ao nível Económico, Social e Ambiental, como é a instalação da rede de Gás Natural, orçada num valor de 3 Milhões de Euros, realizado com a visão conjunta entre o Município de Caminha e a EDP Gás Distribuição.



Assembleia Municipal de Caminha

É um investimento que foi possível captar com a força política deste executivo, surgindo na agenda de investimentos da EDP Gás e considerado agora como prioritária.

O investimento nesta grande infraestrutura engloba uma parte significativa do território do Concelho de Caminha.

Nesta primeira fase,

A infraestrutura de rede de gás, chega ao nosso concelho proveniente do Concelho de Viana do Castelo, abrangendo a freguesia de Âncora, Vila Praia de Âncora, União de Freguesias de Moledo e Cristelo, e União de Freguesias de Caminha e Vilarelho.

Numa fase seguinte,

As freguesias mais a norte do Concelho vão ser contempladas com esta mesma rede de Gás natural, mas com proveniência da rede de gás proveniente dos concelhos a norte, que se prolongará e chegará a Lanhelas, Seixas e as restantes freguesias.

A razão de não serem contempladas nesta 1.^a fase é por questões técnicas, de Segurança e Ambientais, tendo em conta que a rede de gás teria de fazer travessia no Rio Coura.

Salientamos que este investimento foi bem negociado por parte deste executivo, tendo em conta que a EDP gás subcontratou empresas do Concelho de Caminha para a execução da Obra.

Logo, estamos aqui a criar investimento/riqueza no Concelho e nas nossas empresas, bem como manutenção e criação de postos de trabalho. Bem então quais são as vantagens?

Vantagens:

- 1.º - Segurança;
- 2.º - Proteção ambiental;
- 3.º - Qualidade de Vida e conforto para os munícipes;
- 4.º - Redução entre 20 a 30% dos custos em gás;



Assembleia Municipal de Caminha

Em 1.º lugar segurança - porque com a rede de gás natural a entrar nas nossas casas, deixam as pessoas de transportar garrafas de gás nos carros, nos carinhos de mão, etc...

Em 2.º lugar, Proteção Ambiental - Com o aumento da segurança diminui o impacto ambiental, desde logo por não ser necessário o recurso a transportes para distribuição do gás, e também pela diminuição do risco de acidentes.

Em 3.º lugar- Qualidade de vida e conforto, tendo em conta que uma vez chegada a rede de gás às nossas casas, não há mais a necessidade de transporte manual de botijas de gás. Também o aumento do rendimento disponível de cada família, havendo maior folga nos orçamentos familiares.

Finalmente, em 4.º lugar- Este investimento reduz entre 20 a 30% o valor dos gastos com o gás. Neste Contexto, é de saudar uma vez mais este executivo pela visão estratégica que teve com este investimento, pois este investimento tem também um cariz social, desde logo reduzindo os custos ao consumidor, gerando um alívio às pessoas no que diz respeito ao fator económico e que com essa poupança, as famílias podem investir noutras áreas que lhes sejam também prioritárias, logo os comércio do Concelho também ganham com este investimento.

E por falar em comércio, redução de custos! O Concelho sai beneficiado e os cofres do Município também, uma vez que a rede de Escolas do Concelho e as Piscinas também vão ser abastecidas pela rede de gás beneficiando desta redução de custos com o gás.

Termino dizendo que em termos empresariais pode ser um fator de peso na decisão das empresas que aqui se queiram fixar.

Repavimentação: será reposto o pavimento, mas por questões técnicas é necessário que após as intervenções de escavação para a rede de gás exista um tempo para o abatimento e compactação do solo, de forma a não ter o problema pouco tempo depois. A seu tempo todas as intervenções em pavimento e passeios serão repostos.



Assembleia Municipal de Caminha

Como qualquer grande intervenção este é um mal que todos temos de suportar, mas que valerá a pena para todos nós.

Por estes motivos a Bancada por Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, chamou a atenção do cronograma das obras que se está a realizar, para que em Vila Praia de Âncora estas obras, na Rua 5 de Outubro, 31 de Janeiro e na Marginal Ramos Pereira não coincidam com o período de Verão, julho e agosto, por causa do trânsito. Disse ainda o Senhor Deputado para se ter uma vigilância apertada nas ruas atrás citadas, uma vez que se tem obras de arte em granito as quais devem ser salvaguardadas.

Por fim disse o Senhor Deputado que se tem verificado alguns acidentes em especial em Vila Praia de Âncora, porque, depois da vala aberta é tapada e fica com a terra para compactar e com brita, mas com o trânsito a passar por cima a brita é projetada e já tem ferido algumas pessoas, e danificado alguns automóveis, logo, chamou à atenção para que de uma forma mais célere fosse tudo acondicionado, para que não haja situações destas.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral e a Comunicação Social, e agradeceu a oportunidade que tem em poder dar o seu contributo em relação a este protocolo. Refere o Senhor Vereador que como todos podem verificar na minuta do protocolo a EDP Gás Distribuição é a concessionária pela exploração da rede de gás aqui no Concelho e de uma maneira geral em todo o Norte e é nessa qualidade que aparece a fazer a distribuição. De seguida o Senhor Vereador dá uma pequena explicação e refere que esta é uma infraestrutura da rede de gás e não é o comércio do gás, portanto, constrói a rede e posteriormente existem operadores no mercado de gás que negociam com os particulares e com as entidades públicas o fornecimento do gás,



Assembleia Municipal de Caminha

logo, o preço do gás e a forma do fornecimento não é a EDP Gás, é sim, dos operadores que utilizam esta infraestrutura na distribuição de gás, portanto, é semelhante à rede elétrica e outros, logo, o Senhor Vereador prestou este esclarecimento, porque, este investimento no Concelho de Caminha é semelhante ao que aconteceu há 100 anos com a rede elétrica, há 60 anos com a rede de água, e mais recentemente com a rede de saneamento, logo, são infraestruturas extremamente importantes para a melhoria da qualidade de vida da população do Concelho de Caminha. Disse o Senhor Vereador que a partir de este ano o Concelho de Caminha em algumas freguesias vai dispor da rede de gás e vai poder utilizar gás natural no consumo doméstico e nas infraestruturas públicas, e como referiu o Senhor Deputado Vítor Brás deverá haver reduções de 20% a 30%, o que será em média. Disse ainda o Senhor Vereador que esta redução será significativa ainda no que diz respeito aos grandes consumidores, porque tem um poder negocial maior, como escolas, empresas, piscinas municipais e outros. Referiu também o Senhor Vereador que o gás natural trás vantagens de comunidade, como também ambientais, porque existe uma diminuição clara de CO₂, para produzir gás, uma vez que é natural.

O Senhor Vereador disse ainda que como todas as infraestruturas, provocam problemas a nível do piso, onde haverá acompanhamento das obras no sentido sempre de se evitar problemas, tem que se dar tempo para que todo se regularize. Por fim o Senhor Vereador mencionou por onde passará esta primeira fase da rede de gás, e disse que irá passar em Âncora, Vila Praia de Âncora, Moledo, Caminha e Vilarelho, como se pode verificar no mapa apresentado, em toda a faixa litoral irá passar a conduta, abrangendo mais um pouco o interior dos maiores núcleos urbanos, como se verifica em Vila Praia de Âncora que irá até à Av. ^a 8 de Julho, em Moledo irá até à Igreja Matriz e em Caminha irá até Vilarelho, portanto, a sequência da execução das obras vem de sul para norte, referindo que este tem sido um processo bastante complexo, uma vez, que se colocaram algumas questões em relação à segurança e ao seu enquadramento no PDM, e na travessia das linhas de água, as quais foram todas elas colocadas as entidades, o que



Assembleia Municipal de Caminha

atrasou um pouco, depois de ultrapassadas todas as questões levantadas, partiu-se então para a negociação e acordo do protocolo. De imediato o Senhor Vereador agradeceu ao Senhor Deputado Rui Taxa a preocupação em relação à época que se aproxima e aos acidentes que por vezes acontecem, mas, disse o Senhor Vereador que as vezes tem que se ser um pouco razoável e ter alguma paciência, porque aquilo que está previsto é que a rede entre em funcionamento de forma seccionada, logo, conforme se coloca a rede em cada freguesia ela entra de imediato em funcionamento não espera pela conclusão das seguintes redes nas freguesias. Por fim deixou bem frisado o Senhor Vereador que este investimento é de grande qualidade e de impacto na nossa malha urbana, pelo que, valerá a pena todo o sacrifício.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 0 voto contra e 12 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

d) – Protocolo de Apoio às Freguesias

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de fevereiro de dois mil e dezasseis, relativa ao **“Protocolo de Apoio às Freguesias”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea j) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Protocolo de Apoio às Freguesias”.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral e a Comunicação Social, e deu início à sua intervenção:

“Ser Presidente de Junta é um trabalho difícil, e disso já tivemos aqui, nesta que é a casa da Democracia, vários testemunhos.

É, pois, de louvar o trabalho, nem sempre compreendido, destas Mulheres e destes Homens que dão, de uma forma quase que altruísta, muito do seu tempo e das suas energias para pugnam pelas suas freguesias e pelo bem-estar das suas populações, querendo sempre mais e melhor para cada uma delas e nem sempre conseguindo os seus maiores objetivos.

Face a uma Lei que como muitas outras, se torna um problema para as nossas freguesias, a Câmara Municipal, atenta e num espírito de colaboração vem submeter à nossa aprovação um protocolo que mais não é, do que uma necessidade premente para os autarcas do nosso concelho. Sem este protocolo, estariam numa posição complicada, ficando com todo um rol de competências, mas também de obrigações para às quais não têm capacidade de execução. Sim porque delegar estas competências nas freguesias foi fácil, mas ficou esquecido foi reforçar os recursos, nomeadamente os financeiros, para que esta Lei pudesse ser aplicada.

Assim, e demonstrando a sua preocupação, o executivo propõe ajudar as nossas freguesias complementando as suas transferências correntes e de Capital que este ano terão um aumento de 7% face ao ano anterior.

Ainda na última Assembleia Municipal, o líder da Bancada do PSD brindou esta Assembleia com afirmações que em nada abonam a favor da verdade, mas que seguem a linha escolhida por esta bancada que tenta desgastar o executivo. Disse



Assembleia Municipal de Caminha

o Senhor Deputado que o Presidente perseguia as freguesias eleitas pelo PSD, que dividia para reinar! Vejamos, pois, se é assim como diz! E como aqui se gosta muito de números, aqui vão alguns...,

Em 2010 a Câmara transferiu para as freguesias, um montante global de 280.100€. Em 2011- 421.880€ e 88 cêntimos, em 2012 — 402.000 €, em 2013 (ano de eleições) - 440.550 €, em 2014 — 458.000€ já com este executivo refira-se! Para este ano e com este protocolo está projetado um valor global de 477.200 €. Isto quer dizer que este será o ano em que se prevê transferir o maior valor desde há 6 anos a esta parte!

Dizer que este executivo trata de forma diferente as freguesias, discriminando aquelas que não são da sua cor partidária é, para além de uma mentira de todo o tamanho, querer ilibar-se de um passado no qual isso acontecia.

Mas estas transferências não esgotam o apoio que a Câmara dá às freguesias. Vejam o protocolo aprovado em Reunião de Câmara com Riba de Âncora para a Manutenção do Núcleo Museológico ou ainda outros para limpezas de praias; os investimentos de 1 milhão de euros para a Biblioteca de Caminha, meio milhão de euros para o Mosteiro de são João d'Arga, o investimento na ecovia de Santo Isidoro em Moledo, as obras em Âncora, na Gelfa na Duna no valor global de quase 1,5 milhões de euros, o campo de futebol de Lanhelas de 650 mil euros, o investimento previsto para o Nó da Erva Verde em Vila Praia de Âncora, todos estes são investimentos diretos nas freguesias.

Por isso, o modo como a Câmara trata as freguesias e contrariamente àquilo que o PSD quer fazer passar, é o melhor. É legítimo que queiram sempre mais para as suas freguesias ou outros investimentos, mas o diálogo e a interação de cada Presidente com a Câmara é notório.

Senhores Presidentes de Junta, têm aqui uma janela aberta para contrariar estas minhas afirmações, para denunciar as discriminações que segundo o PSD sofrem por parte do executivo, digam de vossa justiça. Deixo-vos aqui o desafio.

Em conclusão, o que importa aqui relevar é que existe toda uma diferença, uma enorme diferença com o passado, diferença essa que se saúda porque reforça a



Assembleia Municipal de Caminha

democracia e é o cumprimento da mais importante das promessas eleitorais do Partido Socialista.”

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 09 abstenções.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, fez a seguinte declaração de voto:

“A Junta de Freguesia de Vila Praia de Ancora, vota favoravelmente esta proposta porque entende ser positivo e essencial a transferência dos meios necessários para exercer as suas competências.

Mas reforço que votamos favoravelmente esta proposta no pressuposto que as transferências e os pagamentos vão ser cumpridos e pagos no decurso do ano de 2016.

Este é um aspeto essencial uma vez que relativamente ao protocolo anterior, ainda não foram pagas a totalidades das verbas, o que nos cria constrangimentos junto dos nossos fornecedores impedindo-nos de cumprir os pagamentos em devido tempo.”

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Venade e Azevedo, António Amorim**, fez a seguinte declaração de voto:

“A Junta de Freguesia de Venade, vota favoravelmente esta proposta porque na sua essência ela é positiva e corresponde à transferência dos meios necessários para exercer as suas competências.

Vota favoravelmente na expectativa que no decurso deste ano sejam transferidas as verbas aqui designadas a fim de também cumprir com as suas responsabilidades



Assembleia Municipal de Caminha

esperando que não se verifiquem atrasos nos pagamentos das mesmas como aconteceu no ano transato com alguns pagamentos ainda pendentes.”

O Senhor Deputado Rui Taxa, fez a seguinte declaração de voto:

“A bancada do PSD relativamente à votação desta proposta opta pela abstenção uma vez que:

- Embora sejam fundamentais as transferências de competências e as verbas correspondentes às mesmas, o aumento do seu valor não resulta de um reforço do valor atribuído às Juntas de Freguesia, mas do aumento na proporção de mais competências que lhes serão atribuídas e que, portanto, necessitam de mais meios financeiros;
- O PSD abstém-se porque mais uma vez este protocolo foi aprovado sem o respetivo compromisso, o que levou os senhores vereadores a terem de votar esta proposta desfavoravelmente em sede de Reunião de Câmara, uma vez que a sua apreciação e votação decorreu em sede de um órgão executivo e com eventuais responsabilidades;
- Face ao que tem acontecido no passado e porque se verifica sistematicamente que as transferências das verbas para as Juntas de Freguesia e o seu calendário de pagamentos não são cumpridos, não nos suscita esta atitude, confiança suficiente para o voto favorável sendo da total responsabilidade do executivo o compromisso político do seu cumprimento em tempo e durante o decorrer do ano de 2016.”

A Senhora Deputada Paula Aldeia, fez a seguinte declaração de voto e disse que, o Partido Socialista votou favoravelmente, porque efetivamente houve um reforço nas transferências para as freguesias, e deu como exemplo, a Freguesia de Vila praia de Âncora que recebeu no ano de 2010, 30.945,36€, no ano de 2011, 46.418,16€, 2012, 40.500€, no ano de 2013 46.418€, e no ano de 2014 63.197,75€, se isto não é reforço, pergunta o que será?.



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) – Contrato Comodato Celebrado entre o Município de Caminha e o Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de fevereiro de dois mil e dezasseis, relativa ao **“Contrato Comodato Celebrado entre o Município de Caminha e o Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize o Município de Caminha a resolver o “Contrato Comodato Celebrado entre o Município de Caminha e o Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora”.

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, deu início à sua intervenção e disse que:

“Segundo o diagnóstico social do concelho de Caminha, da responsabilidade da Rede Social, ainda em vigor e disponível no site da Câmara Municipal, o município de Caminha apresenta uma taxa de cobertura em estrutura residencial para idosos superior à do distrito de Viana do Castelo, razão pela qual esta unidade técnica, tantas vezes valorizada nesta assembleia, não estabeleceu como prioridade o incremento desta cobertura. Aliás, neste documento pode mesmo ler-se que no Eixo dos Equipamentos e Respostas Sociais, são Problemas Prioritários a “Insuficiente cobertura de resposta social ao nível da violência doméstica” e a “Falta de respostas integradas na área da deficiência/saúde mental”, estando



Assembleia Municipal de Caminha

tipificadas as necessidades, que ao nível das Estruturas Residenciais para Idosos se resumem ao “Levantamento real das listas de espera na estrutura residencial para idosos”, sendo dado relevo à “Criação de Centro de Acolhimento Temporário para Vítimas de Violência Doméstica”, e à “Implementação de respostas integradas ao nível da deficiência/saúde mental”. Ora não nos parece coerente nem respeitador do trabalho técnico apurado desenvolvido em parceria ao nível da Rede Social que agora deliberemos sobre matéria tão sensível, envolvendo o regime de comodato por um período tão longo (50 anos) sem ser aqui apresentado parecer da Rede Social. Aliás, tão pouco é explicada a razão de um comodato por tão longo período de tempo, como também não existe qualquer parecer da Segurança Social sobre a possível contratualização do número de vagas apoiadas, correndo-se o risco de estar o município a entregar um bem público que poderá não servir a população local, sobretudo a carenciada.

Nada nos opõe à criação de estruturas de apoio aos idosos. Temos nessa matéria defendido a obrigação pública na salvaguarda da dignidade humana, particularmente na idade avançada, devendo considerar-se um direito que assiste a todos os cidadãos, indiferente à sua condição social e económica. Não nos podemos, no entanto, permitir aprovar usufruto de bem público municipal sem ser analisado, na amplitude de todas as intervenções capazes de garantir esse mesmo direito, como a Segurança Social e a Rede Social, e perceber o alcance das obras necessárias, bem como a capacidade real para a execução das mesmas, evitando que se possa gerar qualquer conflito legal que venha a impossibilitar aprovação de apoios e contratualizações.

Não deixamos também de referir que, pelos documentos enviados, há apenas um registo formal de solicitação de apoio por parte do Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Âncora, que na verdade é um conjunto muito vasto de pedidos e constatações que deveriam merecer uma outra reflexão e influência. Por exemplo, o contacto com a Segurança Social para se perceber das razões pelas quais esta entidade não alarga o acordo com o Centro Paroquial, mas também como esta forma de solicitação pode servir a outras instituições que, dirigindo um largo



Assembleia Municipal de Caminha

espectro de pedidos de apoio ao município, garantem que este decida e se obrigue a aceder ao pedido. Se não vejamos; Na missiva enviada à Câmara Municipal, o Centro Paroquial solicita apoio à Câmara Municipal para, e passo a citar: “projeto de alteração do edifício”, “recursos humanos, uma vez que precisamos de mais funcionárias e não temos possibilidades financeiras para cumprir os nossos compromissos legais”, “ajuda financeira... para aguentarmos as funcionárias em exercício e requisitar mais uma... que a Segurança Social exige”, “Além disso, precisamos de mais uma carrinha, para... apoio ao domicílio”, para além de confirmar que “o edifício ainda não está legalizado”. Claro que daí para cá já passou mais de um ano e meio, desconhecendo-se se esta situação ainda se mantém ou não, algo que também seria importante ser do conhecimento desta assembleia para ajuizar de forma mais clara sobre esta matéria. Assim, considerando que:

1. Não foi enviado a esta Assembleia parecer da Rede Social;
 2. Não foi partilhado com esta Assembleia qualquer contacto tido com a Segurança Social;
 3. Não foi entregue qualquer parecer da Segurança Social face ao alargamento do apoio a um maior número de vagas;
 4. Não foi apresentada razão justificativa pela consideração dos 50 anos de comodato e não outra duração;
 5. Não foi justificado a esta Assembleia a decisão de entrega do edifício em regime de comodato, que do elenco dos pedidos feitos pelo Centro Paroquial surgia apenas como alternativa face aos demais pedidos;
- a CDU entende não estarem reunidas as condições necessárias para a aprovação da alínea e) Contrato de Comodato Celebrado entre o Município de Caminha e o Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora, propondo que esta decisão transite para próxima reunião deste órgão, mediante entrega prévia dos elementos que consideramos em falta.”



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que a interpelação do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro tem as suas razões quanto ao debate substantivo sobre esta proposta, mas, aquilo que a Câmara se propõe fazer não tem propriamente a ver com esse debate, porque, o Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora, apresentou à Câmara Municipal a situação que vive a instituição, as dificuldades sentidas e problemas que tem e as suas fragilidades em termos de equipamento social, isso foi feito à algum tempo e ao longo desse tempo tem havido um debate profícuo com o Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora, e, tem-se encontrado pontos de vista convergentes, esse debate tem sido mantido com o pároco da freguesia e com o professor Flamiano Martins enquanto responsável da instituição e também acompanhado pelo Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora, portanto, conforme tem sido colocadas as situações tem-se vindo a resolver algumas com a Segurança Social, apesar do contacto direto ter sido feito pela direção da instituição, até que se chegou a um momento, e esse momento é aquele em que do essencial mencionado na carta estavam resolvidos com a Segurança Social, e em que se falava em abertura de candidaturas para este tipo de equipamento social, mas, desde logo, a partir do mapeamento que é feito na região do Alto Minho, e a questão colocada pela direção da instituição, era se pelo menos se poderia resolver um problema prévio à possibilidade de abertura de candidatura, e esse problema, era ter umas instalações que se pudessem fazer determinado tipo de obra, portanto, o Município tem as instalações da EB1 de Riba de Âncora que não estão a funcionar, essas instalações tem sido utilizadas pela Junta de Freguesia através de convívios e outros, e o Município tem aquele edifício par ser utilizado, não estava a ser utilizado de forma substancial, e aquilo que o executivo transmitiu ao Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora, que estava disponível, e não ia ser um entrave para que os próximos passos fossem dados pelo Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora, dessa perspetiva concordou-se fazer um Comodato com a instituição, sendo que esse Comodato tem uma premissa muito clara no seu articulado, é que aquele edificio deve ser entregue em Comodato a



Assembleia Municipal de Caminha

esta instituição e para o efeito do protocolo, ou seja, se não for cumprido esse protocolo, este é um edifício municipal que retornará imediatamente ao Município, na perspectiva de algum modo o Centro Social consiga fazer aquela obra, pelo que, o executivo entendeu que seria preciso dar margem para que aquela obra pudesse ser potenciada, e também se entendeu que 10 ou 20 anos não seria tempo suficiente para ir buscar o retorno do investimento que o Centro Paroquial e Social sempre terá que fazer para alcançar a obra, portanto, nessa perspectiva a cedência é por 50 anos. Disse ainda o Senhor Presidente que a questão que o Senhor Deputado referiu não é uma questão menor, trata-se de uma questão séria que acontecerá num debate posterior, que é o debate de perceber ou não do fundamento, da importância ou da substância da existência daquele equipamento no contexto do Concelho, e aqui é um debate onde a rede social, segurança social e todos parceiros serão chamados, e haverá aí esse contraditório sobre a necessidade e vontade de esse ser um investimento prioritário ou não relativamente a outros investimentos, portanto, o executivo neste momento entendeu que não deveria ser o entrave a que o Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora nem sequer chegasse a essa posição de poder debater um projeto, deste modo, o Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora já tem um projeto de arquitetura para poder candidatar o licenciamento de obra, posteriormente, terá a tarefa de convencer as instituições que esse é o equipamento necessário no contexto do nosso Concelho, assim, como outras instituições do Concelho tem a vontade de fazer esse investimento e de se expandir, como é o Lar dos Mareantes de Caminha, a Santa Casa da Misericórdia, em Moledo e também Lanhelas e Gondar, logo, entendeu o executivo que não deveria tolher nenhuma instituição a chegar ao foco de debate, referindo o Senhor Presidente que o quadro comunitário para a Região Norte para este tipo de investimento é muito escasso, e não dará resposta a todas as instituições e que provavelmente dará resposta cabal a um projeto que se consiga consolidar aqui para o Concelho de Caminha.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa e disse que tinha apresentado uma proposta e como tal, aceite pela mesa, será votada e discutida e após o resultado dessa discursão, poderá dar-se ou não continuação ao ponto se se entender que a proposta não merece ser aprovada, mas, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara já se pronunciou, não sabendo no momento qual a figura que a mesa entendeu usar, pediu para dar nota de três pontos essenciais e referiu que percebendo quais são as funções da Câmara Municipal, mas não esquecendo nunca aquelas que são as suas funções, e estando ali para deliberar e para deliberar sobre um contrato de comodato, e não estando ali para negociar com o Centro Paroquial e Social, estando para deliberar sobre a entrega de um edifício municipal por um período de 50 anos, e nunca referindo que estavam contra, disseram apenas, que para o fazer têm que conhecer integralmente quais são as premissas desta entrega, e uma delas que lhe parece ser essencial tem precisamente a ver com a possibilidade de essas vagas que venham a ser abertas numa nova valência, que não existe, que é precisamente, a valência das estruturas residenciais para idosos, exatamente uma das valências que não tinha sido designada pela rede social, como prioritária, e como neste momento não se tem a garantia como sendo prioritária no distrito, logo, a Segurança Social muito provavelmente não irá financiar vagas que não venham a ser abertas, resultado, se se entregar um edifício por 50 anos que nunca vai ter vagas que possam vir a usufruir de financiamento e apoio do estado, logo, haverá idosos que serão acolhidos com o pagamento integral, isto, não irá favorecer idosos que tenham carências económicas, não estão a dizer que são contra, mas sim, que precisavam de mais elementos para ajuizar e para decidir com a dignidade e sensibilidade que a matéria o merece, mas, não o poderão fazer à posteriori como o Senhor Presidente o sabe, mesmo percebendo-se quais foram as intenções da Câmara Municipal, não pode o Senhor Presidente negar-se à informação para que todos possam deliberar sobre uma matéria que fica consumada logo após a realização desta assembleia. Disse por fim o Senhor Deputado que a CDU mantém a proposta que é a de adiar a votação desta



Assembleia Municipal de Caminha

deliberação para a próxima reunião desta assembleia, recolhendo logicamente os elementos que consideram em falta e que são essenciais para poderem decidir com toda a justiça.

O **Senhor Presidente da Mesa**, de imediato propôs à votação a proposta apresentada pela CDU, a qual foi recusada por 32 votos contra, 2 votos a favor e 1 abstenção.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 3 abstenções.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez a seguinte declaração de voto e disse que, a CDU optou pela abstenção, porque não é contra a criação de valências; No entanto, entende que não estão reunidas as condições para que esta assembleia possa ajuizar com todos os dados como tinham apresentado na proposta, sendo certo, que hoje se está a tomar uma decisão da qual não podemos voltar a trás, logo a seguir às negociações que eventualmente venham a decorrer entre a Câmara Municipal o Centro Paroquial e Social e a Segurança Social, como a decisão neste momento é irreversível, e voltar-se-á a falar dela dentro de 50 anos e quase ninguém se lembrará que o edifício é Municipal, então, a CDU decidiu abster-se.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, António Brás**, fez a seguinte declaração de voto e disse que, a Junta de Freguesia de Âncora também vota a favor porque não poderia votar contra um serviço social, mas, no entanto, lembrou que Âncora é uma freguesia com cerca de 400 idosos e não tem esta valência.



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) – Aprovação das Peças Processuais e Abertura do Procedimento do Concurso Público Internacional de Locação Financeira para Aquisição de dois Mini-Autocarros e um Autocarro de Passageiros

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de fevereiro de dois mil e dezasseis, relativa à **“Aprovação das Peças Processuais e Abertura do Procedimento do Concurso Público Internacional de Locação Financeira para Aquisição de dois Mini-Autocarros e um Autocarro de Passageiros”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos dos n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a abertura do procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda a prévia autorização para a **“Aprovação das Peças Processuais e Abertura do Procedimento do Concurso Público Internacional de Locação Financeira para Aquisição de dois Mini-Autocarros e um Autocarro de Passageiros**.

A **Senhora Deputada Ana Cordeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral e a Comunicação Social, e deu início à sua intervenção:

“É com imensa satisfação que assistimos a esta decisão do executivo da Câmara Municipal de Caminha de abrir um concurso público internacional de Locação Financeira para Aquisição de dois Mini-Autocarros e um Autocarro de Passageiros,



Assembleia Municipal de Caminha

esta vai ao encontro das necessidades de cumprir com um serviço indispensável para o bom funcionamento da nossa comunidade escolar, suprimindo um serviço que até hoje era deficitário.

Como bem sabemos a educação é um pilar base e um importante fator de desenvolvimento dos indivíduos, através da aquisição destes equipamentos será possível dar resposta as mais diversas necessidades que ainda hoje afetam os alunos do Concelho de Caminha, mas, vai também ao encontro das necessidades das associações sediadas no Concelho, que são muitas vezes dignas embaixadoras do bom nome de Caminha e que recorrem com frequência ao Município para a cedência de meios de transporte das suas deslocações.

Este executivo herdou um parque de viaturas já com muito uso e a necessitar de intervenções por vezes dispendiosas, salientando o autocarro que ainda se encontra ao serviço da comunidade, mas, que se encontra como sabemos em adiantado estado de degradação, apesar do constrangimento orçamental devido as más práticas de gestão anterior nos mais diversos setores continuando a condicionar a aquisição de equipamentos, é necessário salientar a transparência com que este concurso irá decorrer, tal como vem sendo hábito por parte deste executivo e divergindo do que anteriormente foi feito.

Por estes motivos a bancada do Partido Socialista irá votar a favor desta importante ferramenta para o no Concelho.”

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 27 votos a favor, 0 votos contra e 8 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

g) – Alteração ao Regulamento das Feiras do Município de Caminha – Incentivos à Dinamização

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de fevereiro de dois mil e dezasseis, relativa à **“Alteração ao Regulamento das Feiras do Município de Caminha – Incentivos à Dinamização”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a alteração ao “Regulamento das Feiras do Município de Caminha – Incentivos à Dinamização”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

h) – Nomeação do Conselho Municipal de Educação

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte de janeiro de dois mil e dezasseis, relativa à **“Renomeação do Conselho Municipal de Educação”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos do art.º 6, do Decreto-Lei 7/2003 de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 41/2003, de 22 de agosto, pela Lei nº 6/2012, de 10 de fevereiro e pelo Decreto-lei nº 72/2015, de 11 de maio, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a nomeação do conselho Municipal de educação, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Nomeação do Conselho Municipal de Educação”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

i) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Autonomia para o Ano Letivo 2015/2016

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de fevereiro de dois mil e dezasseis, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Autonomia para o Ano Letivo 2015/2016”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado, **propõe-se** que



Assembleia Municipal de Caminha

este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do “Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Autonomia para o Ano Letivo 2015/2016”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 27 votos a favor, 0 votos contra e 8 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**j) – Reconhecimento de Interesse Municipal para Regularização de
Instalação Pecuária na Freguesia de Vilar de Mouros em nome de António
Alexandre Barrocas**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de janeiro de dois mil e dezasseis, relativa ao “**Reconhecimento de Interesse Municipal para Regularização de Instalação Pecuária na Freguesia de Vilar de Mouros em nome de António Alexandre Barrocas**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea r) do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as normas, delimitações, medidas e outros atos previstos nos regimes do ordenamento do território e do urbanismo, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Reconhecimento de Interesse Municipal para regularização de Instalação Pecuária na Freguesia de Vilar de Mouros em nome de António Alexandre Barrocas”.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

k) – Reconhecimento de Interesse Municipal para Regularização de Instalação Pecuária na Freguesia de Âncora em nome de Júlia Rosa da Silva Pires

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de janeiro de dois mil e dezasseis, relativa ao “**Reconhecimento de Interesse Municipal para Regularização de Instalação Pecuária na Freguesia de Âncora em nome de Júlia Rosa da Silva Pires**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea r) do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as normas, delimitações, medidas e outros atos previstos nos regimes do ordenamento do território e do urbanismo, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Reconhecimento de Interesse Municipal para regularização de Instalação Pecuária na Freguesia de Âncora em nome de Júlia Rosa da Silva Pires”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, António Brás**, fez declaração de voto, e disse que sobre este assunto, que o considera delicado porque se trata de um ato de autossustentação, de gente que abraça exemplarmente o trabalho sem medir esforços, quer somente demonstrar a sua total satisfação pela sensibilidade e sentido de Humanidade, que o executivo lhe dispensou, e muito bem tratou este caso, nomeadamente o Sr. Vereador Guilherme Lagido.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

I) – Alteração à Postura de Trânsito na União de Freguesias de Gondar e Orbacém

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte de janeiro de dois mil e dezasseis, relativa ao **“Alteração à Postura de Trânsito na União de Freguesias de Gondar e Orbacém”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a alteração à Postura de Trânsito da seguinte forma:

- Implementação de sinalética de STOP (sinal B2) em todos os cruzamentos e entroncamentos com a EM526-1, entre o entroncamento da EM526-1 com a



Assembleia Municipal de Caminha

EN305, na União de Freguesias de Gondar e Orbacém, e a rotunda na EM526 na Freguesia de Dem, num total de vinte e sete unidades;

- Para efeitos do número 1, considera-se apenas os cruzamentos e entroncamentos com acessos pavimentados e excluem-se os acessos de caminhos agrícolas e espaços privados.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração, e declarou encerrada a Sessão, quando eram 01H30M, do dia 20 de fevereiro de 2016, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário,

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária,

(Sónia Lajoso)

O Presidente,

(Luís Augusto Pestana Mourão)